



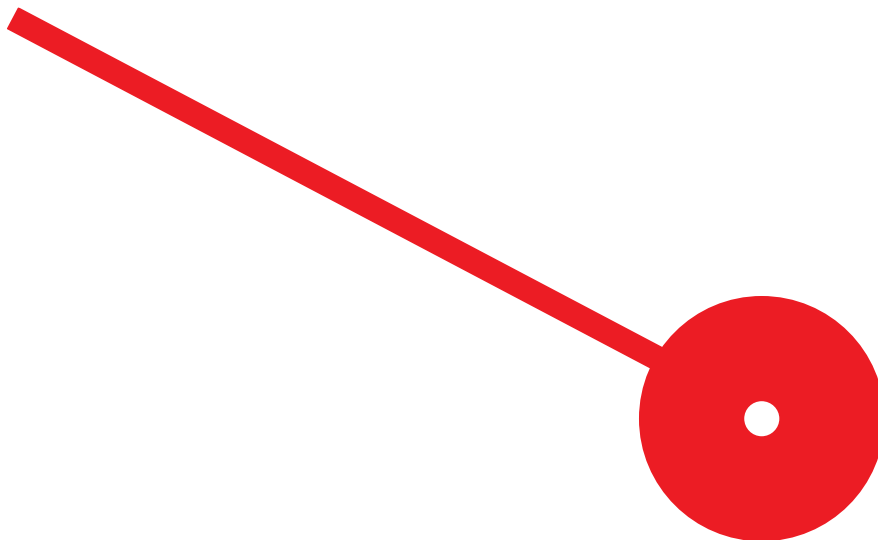
Divulgação de informação ambiental nas empresas cotadas portuguesas: evolução e fatores determinantes

Francisco Manuel da Costa Barbosa

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO – VERSÃO FINAL

12/2019

ESTA VERSÃO CONTÉM AS CRÍTICAS E SUGESTÕES DO JURÍ

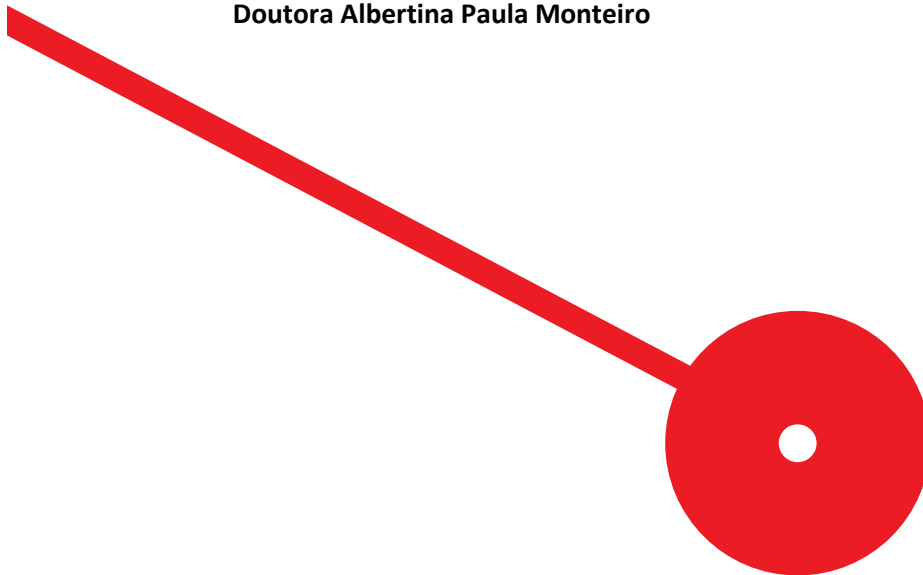




Divulgação de informação ambiental nas empresas cotadas portuguesas: evolução e fatores determinantes

Francisco Manuel da Costa Barbosa

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora
Doutora Albertina Paula Monteiro



Agradecimentos

Apesar deste trabalho ser de carácter individual, não poderia deixar de manifestar o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço, em especial, à Professora Doutora Albertina Monteiro por ter aceite o desafio de orientar esta dissertação e por toda a disponibilidade, partilha e apoio que demonstrou ao longo da elaboração.

Dirijo também uma palavra de agradecimento para a minha família e amigos, em especial aos meus pais e irmã, que me ajudaram e incentivaram a concluir este longo caminho.

A todos, muito obrigado!

Resumo

Durante as últimas décadas, a poluição e o uso excessivo de recursos naturais tem provocado a destruição do meio ambiente, colocando em causa as gerações futuras. Neste sentido, as empresas devem colocar em prática os conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social e divulgar a informação de carácter ambiental aos seus *stakeholders*.

Este estudo visa identificar a informação ambiental divulgada nos relatórios das empresas portuguesas cotadas em bolsa e analisar a evolução do Índice de Divulgação Ambiental (IDA), bem como verificar se este é influenciado pelo setor de atividade, certificação ambiental, *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT) e estrutura do conselho de administração, nomeadamente, o número e a independência dos membros.

A investigação, de natureza quantitativa, utiliza o método de análise de conteúdo. Com base numa amostra de 30 empresas, verifica-se que a maior parte das empresas divulgam no relatório de gestão a política, medidas de proteção e desempenho ambiental e cerca de um quarto das empresas divulgam no anexo às demonstrações financeiras os critérios de mensuração e dispêndios de carácter ambiental. No relatório de sustentabilidade, a energia é o indicador mais divulgado. Os resultados mostram, de 2015 para 2017, um acréscimo de 14,6% no IDA referente ao relatório de gestão e anexo e de 25,8% no IDA relativamente ao relatório de sustentabilidade. Verifica-se ainda, que o setor de atividade, certificação ambiental, EBIT, número de membros do conselho de administração e o rácio de membros independentes são fatores determinantes do IDA referente ao relatório de gestão e anexo. Relativamente ao IDA para o relatório de sustentabilidade, os resultados são idênticos exceto para o setor de atividade e número de membros do conselho de administração.

Palavras chave: Contabilidade ambiental, divulgação ambiental, responsabilidade social, empresas cotadas em bolsa.

Abstract

Over the past decades, pollution and overuse of natural resources have caused the destruction of the environment, harming future generations. In this sense, companies should put into practice the concepts of sustainable development and social responsibility and disseminate environmental information to their stakeholders.

This study aims to identify the environmental information disclosed in the reports of listed Portuguese companies and to analyze the evolution of the Environmental Disclosure Index (IDA), as well as to verify if it is influenced by the activity sector, environmental certification, Earnings Before Interest and Taxes (EBIT) and structure of the board of directors, namely the number and independence of members. The research, quantitative in nature, uses the method of content analysis. Based on a sample of 30 companies, it appears that most companies disclose in the management report the environmental policy, protection measures and performance and about a quarter of the companies disclose measurement and expenditure criteria in the annex to the financial statements. of an environmental nature. In the sustainability report, energy is the most widely reported indicator. The results show, from 2015 to 2017, an increase of 14.6% in IDA for the management report and annex and 25.8% in IDA for the sustainability report. In addition, the sector of activity, environmental certification, EBIT, number of members of the board of directors and the ratio of independent members are determining factors of the IDA for the management report and annex. Regarding the IDA for the sustainability report, the results are identical except for the sector of activity and number of board members.

This study is important given the scarcity of studies related to the theme in Portugal.

Key words: Environmental accounting, environmental disclosure, social responsibility, listed companies.

Lista de Abreviaturas

- APA – Associação Portuguesa do Ambiente
- APCER – Associação Portuguesa de Certificação
- BS 7750 – *British Standard 7750*
- CE – Comissão Europeia
- CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*
- DC – Diretriz Contabilística
- EBIT – *Earning Before Interest and Taxes*
- EMAS – *Eco Management and Audit Scheme*
- ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- EPA – *Environmental Protection Agency*
- GEE – Gases de Efeito de Estufa
- GRI – *Global Report Initiative*
- IAS – *International Accounting Standard*
- IASB - *International Accounting Standards Board*
- IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza
- IDA – Índice de Divulgação Ambiental
- IDA_{RG&A} – Índice de Divulgação Ambiental (relatório de gestão e anexo)
- IDA_{RS} – Índice de Divulgação Ambiental (relatório de sustentabilidade)
- ISO – *International Organization for Standardization*
- NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro
- NIC – Normas Internacionais de Contabilidade
- ONU – Organização das Nações Unidas
- POC – Plano Oficial de Contabilidade
- RSE – Responsabilidade Social Empresarial
- SGA – Sistema de Gestão Ambiental
- SNC – Sistema de Normalização Contabilística
- UNEP – *United Nations Environment Programme*
- WCED – *World Commission on Environment and Development*

Índice geral

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Lista de abreviaturas	vi
Índice de tabelas	ix
Índice de gráficos	xi
Índice de figuras	xii
Capítulo I – Introdução	1
1.1. Enquadramento geral	2
1.2. Objetivos do estudo	3
1.3. Metodologia	3
1.4. Estrutura do trabalho.....	3
Capítulo II – Revisão da Literatura	4
2.1. Desenvolvimento sustentável	5
2.2. Responsabilidade social	8
2.2.1. Conceito de responsabilidade social empresarial	8
2.2.2. Sistemas de gestão ambiental	11
2.2.3. Teorias sociais	14
2.2.3.1. Teoria da legitimidade	14
2.2.3.2. Teoria dos <i>stakeholders</i>	15
2.3. Contabilidade ambiental	16
2.3.1. Conceito e importância	16
2.3.2. Normativo sobre matérias ambientais	18
2.4. Apresentação e divulgação de matérias ambientais	20
2.4.1. Divulgação no relatório de gestão e anexo	20
2.4.2. Divulgação no relatório de sustentabilidade.....	21
2.4.2.1. <i>Global Report Initiative</i> (GRI)	22
2.4.2.1.1. Princípios do GRI	23
2.4.2.1.2. Indicadores de desempenho.....	24
2.5. Fatores determinantes do índice de divulgação ambiental	28

2.5.1. Relação entre o setor de atividade e o IDA	28
2.5.2 Relação entre a certificação ambiental e o IDA.	28
2.5.3. Relação entre o EBIT e o IDA.....	29
2.5.4. Relação entre a estrutura do conselho de administração e o IDA	29
Capítulo III – Objetivos, modelo teórico e hipóteses de investigação.....	31
3.1. Objetivos do estudo	32
3.2. Modelo conceitual proposto	32
3.3. Hipóteses de investigação.....	33
Capítulo IV – Metodologia de Investigação	36
4.1. Metodologia, amostra e processo de recolha de dados.....	37
4.2. Mensuração das variáveis	37
4.3. Análise estatística dos dados	40
Capítulo V - Análise e discussão dos resultados	41
5.1. Análise descritiva da amostra	42
5.2. Análise e discussão dos resultados	46
Capítulo VI – Conclusão	57
Referências Bibliográficas	61

Índice de tabelas

Tabela 1 – Os pontos chaves dos patamares da pirâmide da RSE de Carroll	10
Tabela 2 - Categorias e indicadores nas diretrizes GRI.....	22
Tabela 3 – Indicadores de desempenho ambiental	24
Tabela 4 – Composição da amostra.....	37
Tabela 5 – Indicadores do IDA _{RG&A}	38
Tabela 6 – Indicadores do IDA _{RS}	38
Tabela 7 – Frequência de empresas por setor de atividade	42
Tabela 8 – Frequência de empresas por setor de atividade considerado ambientalmente crítico.....	42
Tabela 9 – Frequência e evolução de empresas divulgadoras de informação ambiental	43
Tabela 10 – Frequência e evolução de empresas divulgadoras de informação ambiental nos relatórios anuais por setor de atividade.....	43
Tabela 11 – Frequência e evolução de empresas que publicaram relatórios de sustentabilidade	44
Tabela 12 – Relatórios de sustentabilidade elaborados conforme orientações do GRI, no período entre 2015 e 2017	44
Tabela 13 – Número de administradores.....	45
Tabela 14 – Membros independentes	45
Tabela 15 – Correlação entre o setor de atividade e o IDA _{RG&A}	52
Tabela 16 – Correlação entre o setor de atividade e o IDA _{RS}	52
Tabela 17 – Correlação entre a certificação ambiental e o IDA _{RG&A}	52
Tabela 18 – Correlação entre a certificação ambiental e o IDA _{RS}	52
Tabela 19 – Correlação entre o EBIT e o IDA _{RG&A}	53
Tabela 20 – Correlação entre o EBIT e o IDA _{RS}	53
Tabela 21 – Correlação entre o número de membros do conselho de administração e o IDA _{RG&A}	53
Tabela 22 – Correlação entre o número de membros do conselho de administração e o IDA _{RS}	53
Tabela 23 – Correlação entre a independência dos membros do conselho de administração e o IDA _{RG&A}	54

Tabela 24 – Correlação entre a independência dos membros do conselho de administração e o IDA _{RS}	54
Tabela 25 – Análise da regressão múltipla ao IDA _{RG&A}	55
Tabela 26 – Análise da regressão múltipla ao IDA _{RS}	55
Tabela 27 – Resultado do teste de hipóteses	56

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Divulgação de informação ambiental por tipo de documento.....	45
Gráfico 2 – Frequência de empresas que divulgam matérias ambientais no relatório de gestão por indicador, de 2015 a 2017	46
Gráfico 3 – Frequência de empresas que divulgam matérias ambientais no anexo por indicador, de 2015 a 2017.....	47
Gráfico 4 – Frequência de empresas que divulgam matérias ambientais no relatório de sustentabilidade por indicador GRI, de 2015 a 2017.....	48
Gráfico 5 – Frequência de divulgação de matérias ambientais por tipo de documento e por indicador GRI, de 2015 a 2017	49
Gráfico 6 – IDA _{RG&A} em 2015, 2016 e 2017	50
Gráfico 7 - IDA _{RS} em 2015, 2016 e 2017.....	50

Índice de figuras

Figura 1 – Os sete objetivos integrados nas três vertentes do desenvolvimento sustentável	7
Figura 2 – A pirâmide da RSE por Carroll (1991)	8
Figura 3 – Modelo concetual	32

Capítulo I - Introdução

1.1. Enquadramento e justificação do tema

Ao longo dos últimos séculos foram surgindo os primeiros problemas ambientais, nomeadamente com a incorporação do Homem em comunidades, o que levou a um aumento da produção de resíduos provenientes das atividades domésticas e agrícolas (Monteiro, 2013). No século XVIII e XIX, apesar da alavancagem do crescimento económico, a industrialização, que se verificou, contribuiu de forma acentuada para a poluição do meio ambiente e para a criação de impactos ambientais negativos de grandes dimensões (Almeida & Real, 2005). Neste sentido, é necessário que a população tenha a verdadeira noção e compreensão daquilo que é um problema ambiental e avalie a sua capacidade de participar na solução do problema (Stamm, Clark & Eblacas, 2000).

Embora muitas pessoas possam argumentar que nos últimos 25 anos tenha havido muitas iniciativas positivas em relação à sociedade e ambiente, a realidade é que as desigualdades sociais e o estado do ambiente, em geral, parece estar a piorar com a aceleração da extinção de espécies, as mudanças climáticas, a desertificação e a poluição da terra e da água (Deegan, 2017).

Na verdade, a sociedade (pessoas e empresas) devem ser responsáveis ambientalmente, onde o foco é atender às necessidades de hoje sem comprometer a capacidade de atender às necessidades no futuro (Nejati, Shafaei, Salamzadeh & Daraei, 2011). Porém, existem diversas empresas, nomeadamente industriais, que se livram do lixo despejando-o no meio ambiente, não o eliminando através de uma variedade de medidas ambientais, pois estas exigem custos consideráveis (Amanova, 2017). Por isso, os gestores das empresas devem ter presente nas suas decisões que os recursos naturais não são infindáveis e que certos danos causados à natureza são irreversíveis.

No entanto, a preocupação com a satisfação das necessidades de futuras gerações não é a única razão para as empresas orientarem as suas atenções para o meio ambiente. Estas já perceberam que podem ser mais competitivas, melhorar a reputação e alcançar crescimento económico se forem ambientalmente responsáveis e, conseqüentemente, contribuirão para o desenvolvimento sustentável (Elshabasy, 2018). Assim, é essencial que as medidas de proteção ambiental e seu desempenho sejam divulgadas pelas empresas às partes interessadas.

Neste sentido, o tema desta dissertação é o relato de matérias. A sociedade, em geral, tem necessidade de perceber o envolvimento das empresas com o meio ambiente, o que implica

que as empresas divulguem as suas estratégias ambientais, assim como o seu desempenho. Neste contexto, questiona-se se as empresas divulgam informação ambiental e se o nível de divulgação tem evoluído e é influenciado por diferentes fatores organizacionais.

1.2. Objetivos do estudo

Este estudo tem três objetivos. O primeiro consiste em analisar a informação de carácter ambiental que é divulgada pelas empresas no relatório de gestão, anexo e relatório de sustentabilidade. O segundo objetivo, visa verificar se o nível de divulgação ambiental aumentou no período em análise, ou seja, entre 2015 e 2017. Por fim, o terceiro objetivo está refletido num modelo conceptual que visa analisar se o setor de atividade, a certificação ambiental, o EBIT, a estrutura do conselho de administração (número e independência dos membros) são fatores que influenciam o nível de divulgação ambiental.

1.3. Metodologia

Este estudo será aplicado às empresas portuguesas cotadas em bolsa e centrar-se-á numa análise de conteúdo de natureza quantitativa. Os dados serão recolhidos do relatório contas (relatório de gestão e anexo) e relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas, no período de 2015 a 2017. Previamente será efetuada uma recolha de dados na plataforma SABI, de modo a recolher informação financeira acerca das empresas em estudo.

1.4. Estrutura do trabalho

Esta dissertação é constituída por 6 capítulos. O primeiro capítulo é referente à introdução e o segundo é relativo à revisão da literatura onde é efetuado o enquadramento teórico dos temas centrais deste estudo. No capítulo seguinte apresentam-se os objetivos, modelo teórico e hipóteses de investigação. No quarto capítulo é exposta a metodologia de investigação e no quinto capítulo apresenta-se a análise e discussão dos resultados. Por fim, no último capítulo evidenciam-se as principais conclusões e são feitas as considerações finais.

Capítulo II – Revisão da Literatura

2.1. Desenvolvimento sustentável

Desde o século passado, ficaram evidentes as mudanças ambientais provocadas pelo Homem no planeta, causadas pelo uso excessivo de recursos naturais originando a perda de biodiversidade (Kohler, 2003). As ações e decisões que se toma hoje em termos ambientais, podem não ter um impacto imediato, mas, no futuro, as gerações que se seguirão irão acarretar com o seu peso. A questão da poluição ambiental é um problema urgente e coloca em causa o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a World Commission on Environment and Development (WCED), em 1987, emitiu o relatório *Brundtland*. Segundo este relatório, desenvolvimento sustentável tem subjacente a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem às suas necessidades. O relatório indica ainda a divergência entre desenvolvimento sustentável e as normas de produção e consumo em uso, defendendo a necessidade de uma nova ligação entre o ser humano e o meio ambiente. Este modelo não incute às organizações a estagnação do crescimento económico, mas sim o desafio destas conciliarem o objetivo financeiro com as questões ambientais e sociais. Segundo o mesmo relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pelas lideranças de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis da organização. Um grande desafio das empresas neste novo cenário é provar aos seus *stakeholders* que, a longo prazo, o investimento em ações sustentáveis se traduz em maiores lucros e numa maior garantia da continuidade de negócio, posicionando a empresa num patamar de concorrência e competitividade que a pode distinguir positivamente das concorrentes.

Cinco anos mais tarde, a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulada como Eco-92 e realizada no Rio de Janeiro com a presença de mais de 170 países, impulsionou o conceito de desenvolvimento sustentável para um nível internacional. Este encontro originou a criação da Agenda 21, documento que aponta diferentes estratégias e táticas para obter o equilíbrio sustentável entre consumo, população e capacidade de suporte do planeta (Sirkis, 1999). A Agenda 21 teve como objetivo, preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político ao mais alto nível no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental, sendo o êxito da sua concretização da responsabilidade, em

primeiro plano, dos governos (Born, 2002). Para executá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais (ONU, 1992).

Em 2002, surge a declaração de Joanesburgo, após a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada sob coordenação da ONU, que pretendia definir um plano de ação mais singular e com as forças políticas a terem um papel mais preponderante no processo. Esta declaração reafirmou o compromisso com o desenvolvimento sustentável e os seus três grandes pilares (económico, social e ambiental). A erradicação da pobreza e a modificação das normas insustentáveis de produção e consumo, assim como a conservação e gestão dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento económico e social, constituem objetivos gerais e um requisito essencial para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2002). A declaração reconhece ainda o risco de uma divisão, cada vez maior, entre países ricos e pobres e, por isso, apela à mudança de mentalidades dos governantes de forma a estes tomarem em consideração nas suas políticas os três pontos chave do desenvolvimento sustentável anteriormente descritos.

Portugal, em conformidade com o resto do mundo e na procura de um modelo mais sustentável, adotou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) desenvolvida pela Associação Portuguesa do Ambiente (APA) no ano 2006 de forma a conceber um instrumento de rumo político de estratégia e desenvolvimento do país até 2015. A concretização do projeto teve por base um programa de ação diversificado que aposte na qualificação dos portugueses e no aproveitamento do potencial científico, tecnológico e cultural como suportes de competitividade e coesão; na internacionalização e na preparação das empresas para a competição global; na sustentabilidade dos sistemas de proteção social e numa abordagem flexível e dinâmica dos processos de coesão; na gestão eficiente dos recursos e na proteção e valorização do ambiente, com adoção de soluções energéticas mais eficientes e menos poluentes (APA, 2006).

A APA (2006), definiu sete objetivos que respondem de forma equilibrada às três vertentes do desenvolvimento sustentável: o progresso económico, a coesão social e proteção ambiental (figura 1).

Figura 1 – Os sete objetivos integrados nas três vertentes do desenvolvimento sustentável



Fonte: APA (2006)

Mais recentemente, no ano 2015, Nova Iorque recebeu uma nova cimeira internacional promovida pela ONU, com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento sustentável à escala mundial até 2030. Deste encontro, culminou a adoção da Agenda 2020, um modelo que conjectura diversas metas para incorporação nas políticas e ações desenvolvidas no âmbito global, nacional e regional.

De acordo com o documento, os objetivos de desenvolvimento sustentável anunciados demonstram a escala e a ambição do processo, de modo a alcançar os resultados pretendidos para o milénio e completar aqueles que não foram alcançados. Eles são fundamentados e equilibrados nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental. Para alcançar os objetivos, os países desenvolvidos e em desenvolvimento terão de se entrelaçar e compartilhar responsabilidades. Neste processo, todos (sociedade e governantes) têm um papel a desempenhar de acordo com a Comissão Europeia (CE), (2016).

Segundo Branco e Delgado (2011), as pressões para considerar o impacto social e ambiental no setor empresarial, têm crescido gradualmente nas últimas quatro décadas. Caseirão (2000) afirma que a pressão que a opinião pública e a legislação exercem, faz com que as empresas sintam a necessidade de ter em conta a implementação de medidas sociais e ambientais de

uma forma mais sistemática e integrada na gestão global da organização. Para Bhattacharya e Sen (2004), os consumidores têm uma atitude favorável em relação às empresas que se envolvem na responsabilidade social. É neste sentido que se começou a desenvolver ao longo das últimas décadas o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

2.2. Responsabilidade Social

2.2.1. Conceito de responsabilidade social empresarial

Howard Bowen é considerado por Carroll (1991), o primeiro a abordar o tema de RSE nos anos cinquenta. Bowen (1953) afirma que os empresários devem ter um conjunto de obrigações sociais em relação aos cidadãos e ao meio ambiente.

Ao longo da segunda metade do século XX, muitos autores fizeram diversas abordagens a este conceito. Davis (1973), definiu a RSE como a consideração e resposta das empresas a questões que ultrapassam os seus aspetos económicos, técnicos e legais. Anos mais tarde, Carroll (1991) sugeriu um modelo em forma de pirâmide para elucidar o conceito de RSE. Este modelo assenta em quatro patamares: responsabilidade económica, responsabilidade legal, responsabilidade ética e responsabilidade filantrópica (figura 2).

Figura 2 – A pirâmide da RSE por Carroll (1991)



Fonte: Carroll (1991, p.42)

Carroll (1991) definiu cinco pontos-chave para cada um dos segmentos da pirâmide (tabela 1):

Tabela 1 – Os pontos chaves dos patamares da pirâmide da RSE de Carroll

Económico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maximizar os ganhos por ação; ▪ Ser o mais lucrativo possível; ▪ Manter uma forte posição competitiva; ▪ Manter um alto nível de eficiência operacional; ▪ Uma empresa bem-sucedida é uma empresa definida como constantemente lucrativa.
Legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhar de acordo com a lei; ▪ Cumprir os regulamentos estaduais, locais e federais; ▪ Ser um cidadão corporativo que obedece às leis; ▪ Uma empresa bem-sucedida é uma empresa definida cumpridora das suas obrigações; ▪ Fornecer bens e serviços que atendam a requisitos mínimos legais.
Ético	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhar de acordo com os costumes sociais e normas éticas; ▪ Respeitar as normas éticas e morais adotadas pela sociedade; ▪ Obedecer às normas éticas para alcançar as metas corporativas; ▪ A boa cidadania corporativa pode ser definida como fazer o que é ético ou moralmente esperado; ▪ Reconhecer que a integridade corporativa e o comportamento ético vão além da mera conformidade com leis e regulamentos.
Filantrópico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuar de maneira consistente com as expectativas filantrópicas e de caridade da sociedade; ▪ Ajudar as belas artes e o espetáculo; ▪ Gestores e funcionários devem participar em atividades voluntárias dentro da comunidade local; ▪ Prestar assistência a instituições educacionais privadas e públicas; ▪ Ajudar voluntariamente os projetos que melhoram a qualidade de vida de uma comunidade.

Fonte: Carroll (1991, p.41-42)

Neste modelo, o principal objetivo da entidade já não é apenas o lucro financeiro e a legalidade conforme é visível na base da pirâmide, mas também ético e filantrópico que está exposto no seu topo. As responsabilidades éticas incorporam as normas ou expectativas que refletem uma preocupação com o que os consumidores, funcionários, acionistas e a sociedade consideram justo ou entendem estar em sintonia com o respeito e proteção dos direitos morais. Já o patamar filantrópico remete para a consciência do contexto social envolvendo as ações da organização junto das comunidades envolventes de modo a proporcionarem um incremento da qualidade de vida.

Já no século XXI, segundo o Livro Verde da CE (2001), a RSE é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Também de acordo com a CE (2001, p.7), *“ser socialmente responsável não se restringe apenas ao cumprimento de todas as obrigações legais, mas sim ir mais além através de um maior investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais”*.

A CE (2001, p.4) divulga diferentes indicadores que motivam a evolução da RSE:

- *“novas preocupações e expectativas dos cidadãos, consumidores, autoridades públicas e investidores num contexto de globalização e de mutação industrial em larga escala;*
- *critérios sociais que possuem uma influência crescente sobre as decisões individuais ou institucionais de investimento, tanto na qualidade de consumidores como de investidores;*
- *a preocupação crescente face aos danos provocados no meio ambiente pelas atividades económicas;*
- *a transparência gerada nas atividades empresariais pelos meios de comunicação social e pelas modernas tecnologias da informação e da comunicação”*.

Ainda segundo a CE (2001), a RSE é dividida em duas dimensões: a dimensão interna e a dimensão externa. O domínio interno prende-se, essencialmente, ao nível da empresa e é repartido por quatro pontos: (1) a gestão dos recursos humanos que visa a responsabilização dos trabalhadores, um melhor equilíbrio entre vida profissional e familiar, uma maior diversidade de recursos humanos e a igualdade em termos de remuneração e de perspetivas de carreira para as mulheres; (2) a saúde e segurança no trabalho que incute uma cultura da prevenção, ou seja, níveis mais elevados de saúde e segurança no trabalho; (3) a adaptação à mudança que salvaguarda os direitos dos trabalhadores e lhes faculta formação suplementar, participação no desenvolvimento local e em estratégias ativas para o mercado de trabalho; (4) a gestão do impacto ambiental que minimiza a exploração de recursos naturais, nomeadamente matérias primas, redução a emissão de poluentes, despesas energéticas e orientação da eliminação de resíduos. Por outro lado, o domínio externo está direcionado para a comunidade local, envolvendo trabalhadores, acionistas, parceiros comerciais, fornecedores, clientes e autoridades públicas. Tal como o domínio interno, o domínio externo distribui-se por quatro itens: (1) as comunidades locais que visam atrair trabalhadores para a sua zona de implantação e imputam a responsabilidade por um conjunto

de atividades poluentes, nomeadamente, o ruído, luz, poluição das águas, emissões aéreas e contaminação do solo; (2) os parceiros comerciais, fornecedores e consumidores que permitem as relações com parceiros, formar alianças com empresas comuns e promover o espírito empresarial; (3) os direitos humanos que implementam códigos de conduta que mencionem as condições de trabalho, os direitos humanos e aspetos ambientais e luta contra a corrupção; (4) as preocupações ambientais globais que incentivam um melhor desempenho ambiental ao longo da cadeia de produção.

Com a preocupação de obter um melhor desempenho ambiental, as empresas implementam o Sistemas de Gestão Ambiental (SGA).

2.2.2. – Sistemas de Gestão Ambiental

Num mundo em constante mudança, os desafios para o desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, sendo a proteção ambiental e a prevenção da poluição preocupações atuais para qualquer organização (Associação Portuguesa de Certificação (APCER), 2009). A solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos gestores, que devem passar a considerar o meio ambiente nas suas decisões e adotar métodos tecnológicos que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta (Barbieri, 2017). Um SGA pretende melhorar o desenvolvimento económico global das empresas através da melhoria contínua do seu desempenho ambiental e do cumprimento da legislação ambiental aplicável (Monteiro, 2013). Este sistema envolve toda a estrutura organizacional numa abordagem planeada de forma a identificar os procedimentos corretos com vista à melhoria dos diferentes itens ambientais. A principal meta da adoção de um SGA é a melhora contínua do desempenho ambiental da empresa. Para tal, a organização deve definir objetivos específicos com base nas suas políticas ambientais e adotar diferentes práticas e procedimentos que levam a atingir essas mesmas metas.

Segundo Lemos (2007, p.36), um SGA deve incluir os seguintes elementos:

- *“Uma declaração de intenções e de compromisso referente a política ambiental que terá de ser definida pelo órgão de gestão;*
- *Um conjunto de metas, objetivos e procedimentos de gestão que disciplinam a implementação do sistema;*
- *Um conjunto de procedimentos organizacionais, operacionais e de formação profissional dos colaboradores;*

- *Um sistema de inspeção e relato de eficiência do desempenho de todo o sistema.”*

O processo de implementação de um SGA é demorado e envolve a passagem por várias etapas (Pinto, 2005). A fase inicial envolve o levantamento da situação em que a empresa se encontra, ou seja, é feito um diagnóstico exaustivo a todas as atividades envolvendo matérias ambientais. Seguidamente, é definida a política ambiental da empresa que servirá de base a todo o processo e a denominada “equipa de projeto”. Esta equipa terá como funções a elaboração da documentação do SGA, a garantia de execução do projeto e a promoção de todos os colaboradores. A fase final engloba o planeamento, implementação e funcionamento do sistema. Esta etapa é considerada a mais trabalhosa pois é nela que se coloca em prática tudo aquilo que foi discutido e desenvolvido anteriormente. Por fim, a certificação de uma entidade externa assegura que o sistema cumpre todos os requisitos e garante a todas as partes interessadas da organização que as atividades da empresa estão em consonância com o SGA implementado.

As empresas que optam por adotar um SGA têm várias possibilidades de qual o normativo a seguir tendo em consideração fatores como características, objetivos estipulados e condições que a empresa apresenta. Existem no panorama internacional cinco normativos à disposição das empresas: as normas produzidas pela *Environmental Protection Agency* (EPA), o Sistema de Gestão Ambiental *British Standard 7750* (BS 7750), o Sistema Comunitário do Rótulo Ecológico, a certificação pela *International Organization for Standardization* (ISO) 14001 e o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, conhecido a nível internacional por *Eco Management and Audit Scheme* (EMAS). Em Portugal, são normalmente aplicadas as normas ISO e EMAS.

A ISO 14001 foi publicada em 1996 e foi desenvolvida de forma a ser aplicável a todo o tipo de organizações. Esta norma fornece linhas de orientação para a execução do SGA de forma a garantir a melhoria contínua dos aspetos de carácter ambiental e está assente em quatro pilares: planear, executar, verificar e atuar. A sua finalidade geral é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades socioeconómicas.

Para Zeng, Tam, Tam e Deng (2005) a implementação da ISO 14001 proporciona diversos benefícios para a organização, entre eles:

- abertura de novos mercados nacionais e internacionais;
- melhoria na gestão como um todo;
- aumento da satisfação dos consumidores;

- redução do desperdício e de custos
- melhoria da imagem da empresa;
- melhoria na performance ambiental como um todo.

O EMAS é um instrumento voluntário de gestão ambiental que tem como objetivo a melhoria e a avaliação dos impactos ambientais das empresas do setor industrial. Estas organizações pretendem comprometer-se a gerir o seu desempenho ambiental de acordo com as regras existentes, de forma a garantir a terceiros, a credibilidade do seu SGA e a fornecer informação relevante para o exterior. Segundo Batista (2013, p.65), a utilização do EMAS implica diversas vantagens para a entidade:

- *“Evidencia de forma credível o compromisso das empresas de irem mais além do que o cumprimento da legislação ambiental que lhes é obrigatória e estabelece com as entidades reguladoras esquemas de confiança mútua baseados no rigor e transparência do EMAS;*
- *Possibilita o uso do logótipo EMAS na sua denominação, nos documentos e nas suas instalações fabris, o que constitui uma melhoria assinalável da imagem da empresa junto dos investidores, clientes, fornecedores, banca e demais entidades com ela relacionadas;*
- *Divulga publicamente, de forma credível, os progressos ambientais verificados na empresa aderente, através da publicação de uma declaração ambiental validada por uma entidade dependente;*
- *Integra a empresa aderente numa lista de empresas da U.E. que respeitam os níveis adequados de performance ambiental.”*

Além de contribuir com a responsabilidade social e com o cumprimento da legislação, estes sistemas possibilitam identificar oportunidades de redução do uso de materiais e energia, e melhorar a eficiência dos processos (Chan & Wong, 2006). Perante a envolvente do mercado mundial, que acarreta às empresas a necessidade de redução de custos e adequação dos produtos e processos de produção às carências do mercado, as organizações, nomeadamente as industriais, são pressionadas a modernizarem os seus sistemas de gestão para que proporcionem maior qualidade de produtos, viabilizem e suportem inovações tecnológicas, contribuam com o desenvolvimento sustentável, garantam o aumento da competitividade e, conseqüentemente, da lucratividade (Oliveira, 2010).

As empresas são pressionadas a desenvolver ações no âmbito da sustentabilidade e a divulgar informação sobre o seu desempenho aos seus *stakeholders*. É neste contexto de pressão que se desenvolvem as teorias sociais.

2.2.3. Teorias sociais

Para Dias (2010), as teorias sociais procuram explicar a divulgação de informação voluntária sobre responsabilidade social ao considerar aspetos que vão além da mera perspectiva económica. De acordo com este autor, as empresas influenciam e são influenciadas, pela sociedade em que se encontram inseridas. Segundo Barata (2015), a teoria da legitimidade e a teoria dos *stakeholders* são as que mais se destacam no contexto da investigação sobre divulgação de informação social e ambiental.

2.2.3.1. Teoria da legitimidade

A teoria da legitimidade deriva do conceito de legitimidade organizacional, concedendo a uma empresa o direito de realizar as suas operações de acordo com os interesses da sociedade. (Ofoegbu, Odoemelam & Okafor, 2018). De acordo com o mesmo autor, o traço principal da teoria da legitimidade é que as empresas só podem sobreviver se estiverem a atuar em concordância com a estrutura das normas e valores da sociedade. Foi no final do século XX que a teoria da legitimidade começou a ser usada no estudo da elaboração dos relatórios anuais. Para Hogner (1982), a divulgação de informações sociais pelas empresas é uma resposta ao que a sociedade espera do comportamento do mundo dos negócios. Segundo Clarke e Gibson-Sweet (1999), os relatórios de RSE são uma maneira que a empresa utiliza para garantir a sua sustentabilidade e justificar a sua existência quando há uma discrepância entre os seus valores e os geralmente aceites pela sociedade. Também Mousa e Hassan (2015) afirmam que, de acordo com a noção de legitimidade, as empresas procuram obter, manter ou reparar a sua legitimidade usando relatórios de RSE. Além disso, a pressão muitas vezes exercida pelo público é um dos fatores que obriga as empresas a divulgarem as suas informações sociais e ambientais por forma a reduzir essa mesma tensão (Hamid, 2004). Por fim, a teoria da legitimidade é vista como um fator relevante no aumento de divulgação ambiental, levando as empresas a quererem difundir para o exterior que as suas atividades e formas de operar são sustentáveis (Prasad, Mishra, & Kalro, 2016).

2.2.3.2. Teoria dos *stakeholders*

A teoria dos *stakeholders* é, tal como, a teoria da legitimidade, uma outra teoria que ajuda a explicar a divulgação de informação social e ambiental por parte das empresas.

Freeman (1984) desenvolve esta teoria no contexto organizacional considerando os *stakeholders* como as partes interessadas da empresa, referindo-se mais especificamente a qualquer pessoa ou grupo que possa afetar ou vir a ser afetado pelas ações da organização. Segundo o mesmo autor, a divulgação de informações sociais e ambientais é considerada um meio que ajuda a empresa a gerir da melhor maneira as suas relações com os parceiros sociais e de negócio. Desta forma, verifica-se que ao contrário da teoria da legitimidade, onde a sociedade é vista como um “todo”, a teoria dos *stakeholders* pressupõe a existência de vários agregados com expectativas diferentes. Para Deegan (2002), a teoria dos *stakeholders* está mais enquadrada com as preocupações de grupos específicos da sociedade e com a capacidade de diferentes *stakeholders* pressionarem as empresas a divulgarem informações de carácter ambiental. Segundo Ofoegbu et al. (2018), as empresas para sobreviverem e terem um bom desempenho, necessitam de uma boa relação com os seus *stakeholders* e que uma das maneiras de manter esse relacionamento é fornecer informações por meio de divulgações sociais e ambientais voluntárias de modo a obter apoio e ligação com esses mesmos parceiros. De igual forma, refere Ullmann (1985), que a divulgação da RSE é considerada uma base para o diálogo com os vários parceiros da empresa e, por consequência, uma forma de comunicar com a sociedade em geral para obter o seu apoio.

Assim, no âmbito desta teoria, a divulgação de matérias ambientais e sociais nos relatórios anuais é um requisito fundamental para uma empresa, de modo a satisfazer as crescentes necessidades de informações dos seus *stakeholders*. As empresas usam a divulgação ambiental para melhorar a sua imagem, fornecer informações às partes interessadas sobre as suas atividades poluidoras e cumprir os contratos sociais entre empresas e organizações ambientais (Garoui, Chakroun & Ezzeddine, 2017).

Apesar destas teorias terem impacto no nível de divulgação das empresas, a divulgação de informação para o exterior não pode ser feita de qualquer forma. São necessárias regras e métodos para que a informação chegue às partes interessadas. É aqui que se salienta a importância da contabilidade, que, para Paiva (2003), é um dos principais meios de comunicação entre a empresa e a comunidade

2.3. Contabilidade ambiental

2.3.1. Conceito, importância, vantagens, limitações e obstáculos

De acordo com Franco (1997, p.21), “*a contabilidade é a ciência que estuda os fenómenos ocorridos no património das entidades, mediante o registo, a classificação, a demonstração e a análise e a interpretação desses factos, com o fim de oferecer informações e orientações necessárias à tomada de decisões.*”

Segundo a Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), um dos principais objetivos da contabilidade é o de fornecer informação útil e relevante para a tomada de decisões dos *stakeholders*. Esta é concebida como um elemento de transparência de modo a preparar e comunicar informação sobre a gestão das organizações (Ribeiro & Gúzman, 2010). Os *stakeholders* das empresas precisam de informações sobre os impactos ambientais provenientes da atividade da empresa e os resultados das iniciativas desenvolvidas para minimizá-los (Saremi & Nezhad, 2014), pelo que o seu sistema de contabilidade deverá fornecer informação útil para ser usada tanto para fins de gestão ambiental como na elaboração de relatórios externos.

Para Saremi e Nezhad (2014), a contabilidade ambiental é um conceito difícil de definir, dada a variedade de significados que pode abranger, como os relacionados com o meio ambiente. De acordo com o parágrafo 6 da Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 26 – Matérias ambientais, o termo ambiental refere-se ao “*meio físico natural, incluindo o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis como por exemplo os combustíveis fósseis e os minerais*”.

Para Gomes (2010, p.iii), “*a contabilidade ambiental é o ramo da contabilidade responsável pelo registo das transações das empresas com impacto no meio ambiente*”. Esta ferramenta fornece informações precisas nas demonstrações financeiras acerca do custo social estimado provocado no meio ambiente pelas externalidades da produção (Anand & Srineevasa, 2014). Segundo Bebbington e Thomson (2007), a contabilidade ambiental é um campo da contabilidade para registo de eventos ambientais que surge como resultado das ações económicas das organizações. Schaltegger e Burrit (2000) consideram que a contabilidade ambiental nasceu num processo de pressão exercida pelos *stakeholders*, dado que consideravam que assim teriam um maior controlo sobre o desempenho ambiental da empresa e que a contabilidade ambiental seria um importante instrumento de gestão, na medida em que facilitaria a integração dos aspetos ambientais na definição de estratégias e

tomadas de decisões. Perante esta definição, é essencial que as organizações possam adaptar as suas contas com vista à produção de informação financeira ambiental e desse modo ser possível quantificar e qualificar os gastos e rendimentos que a empresa tem ou poderá vir a ter em assuntos relacionadas com o meio ambiente (Calado, 2011).

Para Pires (2014), a contabilidade tem obrigação de se preocupar com a realidade ambiental porque, prestando um serviço, deve estar disposta a debruçar-se sobre aquilo que é relevante e preocupante para a sociedade civil. As informações a fornecer têm de refletir a verdade patrimonial da empresa, tendo em conta que esta pode ser fortemente afetada pelas questões ambientais, pois os seus riscos para além de provocarem danos ecológicos, podem também provocar danos de carácter económico e financeiro para a própria entidade (Ferreira, 2000). Eugénio (2004) sintetizou as vantagens da contabilidade ambiental para as empresas tanto a nível interno como a nível externo, a saber:

- Dar resposta a novas necessidades de controlo contabilístico;
- Tornar o relato financeiro mais útil aos respetivos utilizadores e constituir um elemento adicional da demonstração de desempenho;
- Melhorar o planeamento e controlo das atividades de gestão ambiental da empresa;
- Potenciar a racionalização de gastos;
- Estimular novas perspetivas sobre o processo produtivo;
- Permitir a correta determinação de gastos de produção e preços de comercialização;
- Trazer o ambiente para dentro do processo de gestão;
- Facilitar a recolha e apresentação de elementos necessários ao cumprimento de obrigações, tais como:
 - Documentos de prestação de contas destinados ao mercado nacional;
 - Documentos de prestação de contas destinados ao mercado internacional;
 - Informação solicitada por autoridades estatísticas;
 - Informação solicitada por entidades reguladoras.

Por outro lado, existem limitações e obstáculos perante a contabilidade ambiental. Segundo Álvarez-García e del Río Rama (2016), a complexidade das normas ISO, as exigências legais e a falta de incentivos para implementar os sistemas, a falta de compromisso de gestão, a falta de envolvimento dos funcionários e os custos de implementação impedem a aplicação real deste ramo da contabilidade.

Para que a contabilidade ambiental se integre de forma influente no sistema de gestão da empresa, é necessário um normativo contabilístico que apresente conceitos, regras e diversos esclarecimentos acerca do tratamento da informação. Os normativos contabilísticos existentes em matérias ambientais serão abordados no ponto seguinte.

2.3.2. Normativo sobre matérias ambientais

No ano 2001, a CE emitiu a Recomendação 2001/453/CE, a 30 de maio, de forma a promover uma maior harmonização nos relatórios anuais das empresas europeias em questões ambientais. A recomendação foi preparada com vista a dar apoio às políticas relacionadas com o mercado único e a contribuir para os utentes das demonstrações financeiras recebam informações importantes e comparáveis no que diz respeito às questões ambientais, reforçando assim as iniciativas comunitárias na área da proteção do meio natural. O mesmo documento indica que se deve, também, melhorar a quantidade, a transparência e a comparabilidade da informação ambiental inserida nas contas anuais e nos relatórios de gestão das sociedades. Para alcançar estes objetivos, e dada a crescente importância que se atribui aos problemas ambientais na UE, a Comissão pretende clarificar as regras atuais e fornecer linhas de orientação mais específicas no que diz respeito ao reconhecimento, mensuração e divulgação das matérias ambientais nas contas anuais e nos relatórios de gestão das sociedades (Comissão de Normalização Contabilística, 2002).

Esta Recomendação baseou-se em diversas *International Accounting Standards* (IAS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), nas quais consta informação ambiental (Eugénio, 2004):

- **IAS 1** – Apresentação do relatório ambiental (sugestão de apresentação de um relatório focado em matérias ambientais);
- **IAS 16** – Ativos fixos tangíveis (o ativo fixo tangível pode ser adquirido por razões de segurança ou ambiente);
- **IAS 34** – Relato financeiro intercalar (provisão para custos ambientais);
- **IAS 36** – Imparidade de ativos (perdas de valor que se verifiquem por questões ambientais);
- **IAS 37** – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (diversas menções ao meio ambiente);
- **IAS 38** – Ativos intangíveis (tratamento contabilístico dos ativos intangíveis relacionados com questões ambientais).

Após a Recomendação, surge em Portugal a Diretriz Contabilística (DC) 29 - Matérias Ambientais, mais tarde aprovada pela Comissão de Normalização Contabilística, a 5 de junho de 2002, e publicada no Diário da República no dia 18 de abril de 2005. A diretriz entrou em vigor no exercício de 2006 e foi um passo importante para o normativo nacional sobre matérias ambientais.

Em 2010, em janeiro, verifica-se nova mudança após a entrada em vigor do SNC. Por consequência, viria a ser introduzida a NCRF 26 – Matérias Ambientais em substituição da DC 29. Esta NCRF é a única que não provém de uma IAS.

A NCRF 26 tem como objetivo, segundo o parágrafo 1, *“prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada”*.

Segundo o parágrafo 3 da NCRF 26, *“esta Norma deve ser aplicada às informações a prestar nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão das entidades no que diz respeito a matérias ambientais, devendo os critérios de reconhecimento e mensuração ser aplicados de forma consistente a todas as entidades que sejam objeto de consolidação”*.

Para além da NCRF 26 existem também outras NCRF que se referem a matérias ambientais:

- **NCRF 1** - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras (refere que as matérias de carácter ambiental devem estar incluídas no Anexo de acordo com a alínea g) do parágrafo 44);
- **NCRF 3** - Adoção pela primeira vez das NCRF (a alínea e) do ponto 2 do Apêndice refere que em relação ao reconhecimento é expectável que em termos de Matérias Ambientais, muitas entidades reconheçam ativos e passivos que não eram reconhecidos como tal segundo o Plano Oficial de Contabilidade (POC):
- **NCRF 7**: Ativos Fixos Tangíveis (o parágrafo 12 menciona que o ativo fixo tangível pode ser adquirido por razões de segurança ou ambiente);
- **NCRF 19**: Contratos de Construção (contratos para a destruição ou restauração de ativos e a restauração do ambiente após demolição de ativos de acordo com alínea b) do parágrafo 5);
- **NCRF 21**: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (nos parágrafos 18 e 20 são feitas várias menções ao meio ambiente).

É com base nas indicações deste normativo, que as empresas se devem orientar de modo a divulgarem a informação de carácter ambiental de forma correta nas suas demonstrações financeiras

2.4. Apresentação e divulgação de matérias ambientais

2.4.1. Divulgação no relatório de gestão e anexo

Ao longo dos últimos anos, os utilizadores da informação financeira tornaram-se mais atentos às questões de responsabilidade social, ambiental e ética do setor empresarial, motivo pelo qual a divulgação de informação por parte das empresas deve ser realizada com rigor. Segundo Ribeiro e Gúzman (2010), constata-se um aumento do interesse expresso por uma ampla gama de agentes na obtenção de informações contabilísticas que vão além da dimensão financeira e que incluem variáveis informativas de natureza social e ambiental.

A divulgação da informação ambiental para o exterior é de carácter obrigatório, segundo o parágrafo 47 da NCRF 26, quando essas matérias “*sejam materialmente relevantes para avaliação do desempenho ou da posição financeira da entidade*”. Estas informações podem ser difundidas através do relatório de gestão, fornecendo uma explicação dos factos, uma descrição dos métodos de avaliação utilizados e uma perspetiva da situação económica da empresa. Conforme o parágrafo 48 da NCRF 26 (em vigor até 2015), o relatório de gestão deve incluir as seguintes informações:

- Políticas e programas adotados pela entidade, relativos a medidas de proteção ambiental, nomeadamente a poluição.
- Melhorias efetuadas em áreas-chave da proteção ambiental.
- Informações sobre o desempenho ambiental (consumo de matérias-primas, água, emissões de gases, remoção de resíduos). Os números deverão ser expressos em unidades físicas e não em termos monetários.
- A entidade poderá emitir um relatório ambiental em separado, contendo informações mais pormenorizadas de carácter quantitativo e qualitativo devendo o relatório de gestão fazer referência a tal documento.

Em relação à informação divulgada no anexo às demonstrações financeiras, é importante realçar que o parágrafo referente a estas matérias na NCRF 26 foi retirado no ano 2015 devido a alteração do SNC. Contudo, esses mesmos indicadores estão explícitos, atualmente,

no parágrafo 28 da Portaria 220/2015 publicada em Diário da República n.º 143/2015, sendo eles os seguintes:

- Bases de mensuração adotados para ativos e passivos ambientais;
- Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental;
- Política contabilística adotada nos dispêndios de longo prazo;
- Quantia não descontada do passivo bem como a taxa de desconto utilizada;
- Passivos contingentes de carácter ambiental;
- Dispendios significativos incorridos com multas e penalidades;
- Emissão de gases com efeitos de estufa.

A NCRF 26 nada refere em relação à divulgação de matérias ambientais no balanço e na demonstração de resultados. No entanto, vários autores na literatura existente mencionam a necessidade destas demonstrações financeiras também conterem informações relevantes de carácter ambiental, como é o caso de Raupp (2002), que promove a elaboração de um balanço ambiental. Segundo o autor, o balanço ambiental tem como principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos e mensurados. Para Eugénio (2004), existe a possibilidade de criar uma demonstração de resultados que contenha indicações dos gastos e dos rendimentos ambientais de forma a proceder a uma análise contabilística separada do “resultado ambiental”, da análise do resultado integral da entidade.

As empresas podem também elaborar relatórios para divulgar matérias ambientais, tal como o relatório de sustentabilidade.

2.4.2. Divulgação no relatório de sustentabilidade

Com a emancipação das matérias ambientais na sociedade, os relatórios de sustentabilidade despontam como um meio de divulgação, junto dos *stakeholders*, do desempenho das empresas nas vertentes social, ambiental e económica (KPMG, 2006). Garg (2010) questiona se o conteúdo deste relatório deve ser incluído no relatório anual de contas ou se deve ser apresentado de uma forma independente. Isto baseia-se no facto de não existir legislação que obrigue a sua elaboração, levando à falta de homogeneidade na forma e no conteúdo (Eugénio & Gomes, 2013).

A elaboração de relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável, oferecendo uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo informações tanto positivas como negativas, de acordo com *Global Report Initiative* (GRI) (2007).

De acordo com GRI (2012), são diversos motivos que levam as empresas, de forma voluntária, a elaborar um relatório de sustentabilidade, dos quais destaca os seguintes:

- Demonstrar compromisso e ser transparente;
- Demonstrar capacidade de participar em mercados competitivos;
- Planejar atividades, tornar-se mais sustentável e posicionar a empresa;
- Seguir a legislação.

É neste contexto que surge o GRI, a primeira organização, à escala mundial, que visa alcançar um consenso nas diretrizes ou linhas orientadoras de comunicação da sustentabilidade, sendo um dos seus objetivos fundamentais aumentar a qualidade dos relatórios a um nível passível de comparação, consistência e utilidade à escala mundial (Eugénio & Gomes, 2013).

2.4.2.1. *Global Report Initiative* (GRI)

O GRI, é um organismo sem fins lucrativos, criado em 1997, com a cooperação da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e do *United Nations Environment Programme* (UNEP), que emite e visa a utilização de diretrizes na realização dos relatórios de sustentabilidade de modo a promover os três preâmbulos do desenvolvimento sustentável de uma forma rigorosa e global. As diretrizes do GRI, agora designadas de normas, são de aplicação voluntária e cada uma é composto por determinados indicadores, de forma qualitativa e quantitativa. Estas diretrizes contribuem para o aumento da transparência da informação divulgada sobre os impactos sociais e ambientais da empresa (Gauthier, 2005).

Em 2000 é lançada a versão primitiva das diretrizes, denominada G1, tornando-se na primeira estrutura global para relatórios de sustentabilidade. A G1 foi alvo de diversos aperfeiçoamentos nos tempos seguintes, culminando com o surgimento da G2 em 2002, uma nova diretriz com linhas de orientação para a elaboração dos relatórios.

Mais tarde, surge em 2006, a terceira geração de Diretrizes (G3), uma versão com grande ênfase na garantia de qualidade das informações relatadas. Em 2011 foi lançada a diretriz

G3.1 de maneira a completar e atualizar as diretrizes do G3, com guias sobre a forma de relatar o impacto das ações empresariais perante a comunidade local, direitos humanos e género.

A última das diretrizes (G4), lançada em 2013 é emitida com o objetivo de aumentar a adesão da publicação de relatórios de sustentabilidade a todos os tipos de organização (KPMG, 2013).

Atualmente, está em vigor as denominadas “*GRI standards*”. Esta versão do GRI é composta por três normas universais (GRI 101 – Fundamentos, GRI 102 – Conteúdo geral e 103 – Abordagem de gestão) e por três tópicos específicos (tópico económico, tópico ambiental e tópico social). Salienta-se que neste estudo, nomeadamente na investigação prática, foram utilizados os indicadores da diretriz G4 em vez das normas em vigor, devido ao facto do espaço temporal da amostra ser entre 2015 e 2017 e, portanto, a diretriz G4 era o modelo que as empresas utilizavam nesse ano.

A G4 surge com 27 novas divulgações, uma nova estrutura de documentos de orientação e dois níveis para relatar de acordo com as novas diretrizes. Para os que reportam a sustentabilidade, a G4 pode levar a relatórios mais curtos, mas mais focados em aspetos materialmente relevantes diminuindo a informação, mas melhorando a sua qualidade (KPMG, 2013). Perante isto, entra em consideração os conceitos de nível de divulgação essencial e abrangente. Segundo Neto e Pereira (2018), a informação essencial de um relatório de sustentabilidade é aquela que contém os elementos fundamentais de um relatório, fornecendo um cenário acerca dos impactos económicos, ambientais, sociais e de governo de uma organização por meio de indicadores por área. Em relação à informação abrangente, esta divulga além dos critérios abordados na informação dita essencial, esclarecimentos adicionais a respeito da estratégia, análise, ética e integridade da organização.

2.4.2.1.1. Princípios do GRI

“As diretrizes GRI fornecem princípios, conteúdos e instruções de implementação, o que possibilita a que as organizações, independentemente da sua dimensão, setor ou geografia, elaborem relatórios de sustentabilidade e divulguem informações sobre a forma de gestão, desempenho económico, ambiental e social bem como os impactos nessas vertentes que resultam da sua atividade” (Freitas, 2016, p.25).

Os princípios são divididos em duas partes: princípios para definição do conteúdo do relatório e princípios para assegurar a qualidade do relatório. Segundo GRI (2015), os princípios para definição do conteúdo do relatório envolvem a inclusão dos *stakeholders* onde a organização deve identificar e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes. Segundo o GRI (2015, p.17), o princípio da materialidade também está inserido na definição do conteúdo do relatório onde se deve abordar aspetos que *“reflitam os impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de stakeholders”* e a completude em que *“a cobertura de aspetos materiais necessita ser suficientemente ampla para refletir impactos económicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os stakeholders avaliem o desempenho da organização no período analisado”*.

Também segundo GRI (2015), os princípios para assegurar a qualidade do relatório incluem: o equilíbrio onde o relatório deve refletir aspetos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho; a comparabilidade, em que a organização seleciona e relata as informações de forma consistente de forma a permitir aos *stakeholders* analisarem mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e compará-las com outras organizações; a exatidão, onde as informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da organização; a tempestividade, em que a organização publica o relatório de forma regular e disponibiliza as informações a tempo para que os *stakeholders* tomem as suas decisões; a clareza, onde as informações disponibilizadas são compreensíveis e acessíveis aos *stakeholders* que utilizam o relatório e a confiança, que motiva a organização a recolher, registar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de forma a permitir uma revisão antes da sua divulgação.

2.4.2.1.2. Indicadores de desempenho

A diretriz agrupa a informação a divulgar para o exterior nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental. Cada uma destas dimensões é dividida em diversos indicadores sendo que estes últimos são ainda subdivididos em indicadores de desempenho mais específicos. A informação fornecida deve respeitar o

princípio da materialidade, ou seja, difundir apenas os impactos significativos da organização que possam influenciar as avaliações e decisões das partes interessadas.

Tabela 2 - Categorias e indicadores nas diretrizes GRI (2015)

Categorias e indicadores nas diretrizes GRI – G4	
Categoria	Indicador
Económico	<ul style="list-style-type: none"> - Desempenho económico - Presença no mercado - Impactos económicos indiretos - Práticas de compras
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais - Energia - Água - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e resíduos - Produtos e serviços - Conformidade - Transportes - Geral - Avaliação ambiental de fornecedores - Mecanismos de reclamações relacionadas a aspetos ambientais
Social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Práticas trabalhistas: <ul style="list-style-type: none"> - Emprego - Relações entre trabalhadores e empregadores - Saúde e segurança no trabalho - Treino e educação - Diversidade e igualdade de oportunidades - Igualdade de remuneração entre homens e mulheres - Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas - Mecanismos de reclamações relacionadas a práticas trabalhistas ➤ Direitos humanos: <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos - Não discriminação - Liberdade de associação e negociação coletiva - Trabalho infantil - Trabalho forçado ou escravidão - Práticas de segurança - Direitos indígenas - Avaliação - Avaliação de fornecedores em direitos humanos - Mecanismos de reclamações relacionadas com direitos humanos ➤ Sociedade: <ul style="list-style-type: none"> - Comunidades locais - Combate à corrupção - Políticas públicas - Concorrência desleal - Conformidade - Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade

	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismos de reclamações relacionadas com impactos na sociedade <ul style="list-style-type: none"> ➤ Responsabilidade pelo produto: <ul style="list-style-type: none"> - Saúde e segurança do cliente - Rotulagem de produtos e serviços - Comunicações de marketing - Privacidade do cliente - Conformidade
--	---

Fonte: Elaboração própria, adaptado de GRI (2015)

A dimensão ambiental da sustentabilidade diz respeito ao impacto da organização nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo terra, ar, água e os ecossistemas (GRI, 2015). Existem 34 indicadores ambientais para os aspetos anteriormente descritos que contêm o desempenho relacionado a gastos como matérias-primas, energia e água, a produção de emissões e resíduos e o impacto na biodiversidade. A influência de fatores ambientais no processo de decisão das empresas aumenta de dia para dia. Essa maior influência, força as empresas a minimizar os seus custos ambientais, a incluir fatores ambientais nas decisões de gestão estratégica e a tentar maneiras diferentes de lidar com a concorrência (Tanc & Gokoglan, 2015). Dessa forma é essencial que as empresas tenham acesso a informação organizada e relevante para as tomadas de decisões das administrações, sendo os indicadores GRI um instrumento valioso nesse sentido.

A tabela 3 expõe os 34 indicadores ambientais a serem relatados:

Tabela 3 – Indicadores de desempenho ambiental

Indicadores de desempenho ambiental
Materiais
EN1: Materiais usados por peso ou volume
EN2: Percentagem de materiais usados provenientes da reciclagem
Energia
EN3: Consumo de energia na organização
EN4: Consumo de energia fora da organização
EN5: Intensidade energética
EN6: Redução do consumo de energia
EN7: Reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços
Água
EN8: Total de retirada de água por fonte
EN9: Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água
EN10: Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada
Biodiversidade

<p>EN11: Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas proximidades de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas</p> <p>EN12: Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas</p> <p>EN13: Habitats protegidos ou restaurados</p> <p>EN14: Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e nas listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção</p>
Emissões
<p>EN15: Emissões diretas de gases de efeitos de estufa (GEE)</p> <p>EN16: Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia</p> <p>EN17: Outras emissões indiretas de GEE</p> <p>EN18: Intensidade de emissões de GEE</p> <p>EN19: Redução das emissões de GEE</p> <p>EN20: Emissão de substâncias que destroem a camada de ozono</p> <p>EN21: Emissões de NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas</p>
Efluentes e Resíduos
<p>EN22: Descarte total de água, discriminado por qualidade e destino</p> <p>EN23: Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição</p> <p>EN24: Número total e volume de despejos significativos</p> <p>EN25: Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia e percentual dos resíduos transportados internacionalmente</p> <p>EN26: Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de lençóis de água e habitats relacionados, significativamente afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização</p>
Produtos e Serviços
<p>EN27: Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços</p> <p>EN28: Percentagem de produtos e das embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos</p>
Conformidade
<p>EN29: Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais</p>
Transportes
<p>EN30: Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte dos seus empregados</p>
Geral
<p>EN31: Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminados por tipo</p>
Avaliação ambiental de fornecedores
<p>EN32: Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais</p> <p>EN33: Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito</p>
Mecanismos de reclamações relacionados com impactos ambientais
<p>EN34: Número de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal</p>

Fonte: GRI (2015)

2.5. Fatores determinantes do índice de divulgação ambiental

Nas últimas décadas existem vários estudos acerca da divulgação de matérias ambientais e fatores que a influenciam em entidades. Eugénio (2004) menciona que muitas empresas portuguesas têm informação materialmente relevante sobre as matérias ambientais e estas não são divulgadas em parte alguma do seu relatório e contas. Posteriormente, Ribeiro e Gúzman (2010) referem que dado que a conservação do meio ambiente exige que tanto as empresas como as entidades públicas adotem uma postura de consciencialização e ponham em prática ações que levem à conservação do meio ambiente, há um aumento no interesse manifestado por um conjunto amplo de agentes, de informação contabilística que ultrapasse a mera dimensão financeira e que inclua variáveis de informação de tipo social e ambiental.

Braga, Sampaio, Santos e Silva (2011), num estudo efetuado a empresas do setor de energia elétrica, concluíram que o agente regulador é um fator determinante da divulgação ambiental. Para Zhang, Guo, Li e Wang (2008) as variáveis tamanho e rentabilidade são significativas numa amostra de empresas cotadas do setor químico da bolsa chinesa. Mata, Fialho e Eugénio (2018), com base na literatura, referem que a informação divulgada pelas empresas é influenciada por vários aspetos como fatores organizacionais, fatores externos e a pressão dos *stakeholders*.

2.5.1. Relação entre o setor de atividade e o IDA

São diversos os estudos que apontam o setor de atividade como um fator que influencia as práticas de divulgação ambiental das empresas (De Villiers & Staden, 2006; Monteiro & Guzman, 2011). As entidades que têm atividades mais suscetíveis de causar danos ambientais tendem a divulgar para o exterior mais informação do que as empresas que não são tão sensíveis a esse risco (Mata, Fialho & Eugénio, 2014; Deegan & Blomquist, 2006; Deegan, Rankin & Tobin, 2002), de forma a obter maior licitude em relação aos seus *stakeholders*.

2.5.2. Relação entre a certificação ambiental e o IDA

A implementação de um SGA é algo que as empresas têm apostado cada vez mais e diversos autores têm indicado este sistema de gestão como um fator determinante da divulgação de informação ambiental, dado que as empresas pretendem revelar os seus benefícios (Archel & Lizarraga, 2001; Sumiani, Haslinda & Lehman, 2007; Mitchell & Hill, 2009, citados por Barros (2011). Para Archel e Lizarraga (2001), as entidades ambientalmente certificadas têm

interesse em divulgar os seus êxitos conseguidos o que resulta no incremento da divulgação de informação ambiental. Também Barros (2011), afirma na sua investigação que as empresas com certificação ambiental tendem a divulgar mais informação ambiental nos seus relatórios anuais.

2.5.3. Relação entre o EBIT e o IDA

A lucratividade é definida como um indicador do desempenho da empresa na gestão dos seus ativos (Juhmani, 2014). Para Elshabasy (2018), as empresas com mais lucros tendem a divulgar mais informação ambiental ao contrário das empresas que apresentam menos lucros que optam por mais secretismo. A mesma teoria é apontada por Brammer e Pavelin (2008), visto que as empresas com altos lucros têm maior capacidade de pagar pelos custos associados à divulgação ambiental. Por outro lado, Huang e Kung (2010) e Kathy Rao, Tilt e Lester (2012) verificam uma relação negativa entre ambas as variáveis num estudo realizado às empresas cotadas de Taiwan e da Austrália, respetivamente.

2.5.4. Relação entre a estrutura do conselho de administração e o IDA

A *corporate governance* é considerada a estrutura de regras, relacionamentos, sistemas e processos dentro e pelas quais a autoridade é exercida e controlada nas empresas influenciando como os objetivos das empresas são definidos e alcançados (Council, 2007). Nos últimos tempos, a *corporate governance* tem sido considerada essencial e relevante nos relatórios anuais das empresas, porque os resultados revelam que é um fator que influencia o nível de divulgação ambiental (Omer & Andrew, 2014). Para Michelin e Parbonetti (2012), a *corporate governance* e a divulgação da sustentabilidade podem ser vistas como um mecanismo complementar de legitimidade que as empresas podem usar para dialogar com os *stakeholders*. É neste conceito que se relaciona a estrutura do conselho de administração com o nível de divulgação ambiental.

Admite-se que o tamanho do conselho, em termos do número de membros, tenha um efeito sobre a capacidade de monitorizar as informações da empresa (Shwairef, Amran, Iranmanesh & Ahmad, 2019). Eisenberg, Sundgren e Wells (1998), afirmam que um tamanho grande do conselho de administração aumentaria os problemas de comunicação e coordenação e, conseqüentemente, diminuiria a capacidade do conselho de controlar a administração. Dessa forma existiria uma relação negativa entre o tamanho do conselho de administração e a divulgação de informação ambiental. Noutro sentido (Abeysekera, 2010; Allegrini & Greco 2013), constata-se uma relação positiva entre estas duas variáveis.

Para Nelson, Banks e Fisher (2003), a presença de membros independentes pode melhorar a monitorização geral da empresa e, portanto, ajudar a melhorar a responsabilidade e a transparência ao público. Liao, Lua e Tang (2015) mostraram evidências positivas de uma associação entre diretores independentes e maior divulgação de informações ambientais numa amostra com as 329 maiores empresas britânicas. Também Eberhardt-Toth (2017) chega aos mesmos resultados no estudo que aplicou a 177 empresas não financeiras do *Bloomberg World Index*.

Capítulo III – Objetivos, modelo teórico e hipóteses de investigação

3.1. Objetivos do estudo

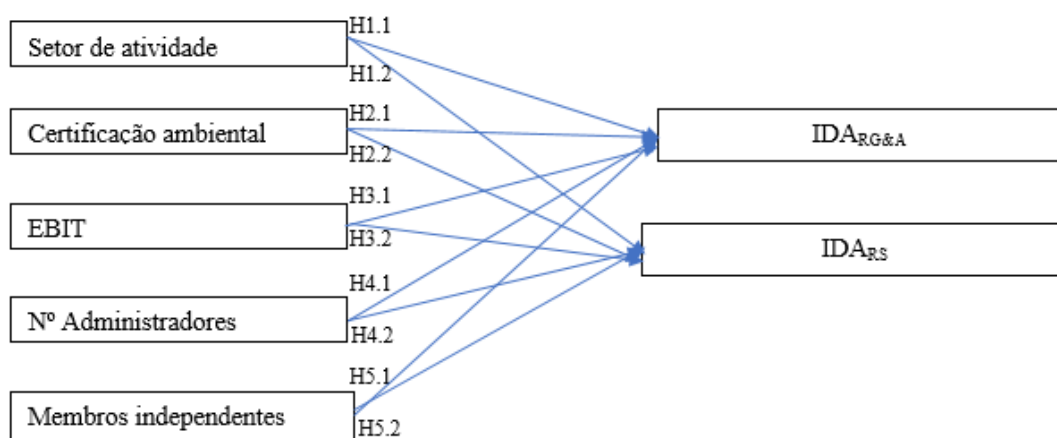
A informação difundida para o exterior, através dos meios próprios, permite aos *stakeholders* terem acesso a informações não só de cariz financeiro, mas também de carácter social e ambiental. Segundo Ribeiro e Guzmán (2010), a divulgação de informação financeira e não financeira pode trazer importantes benefícios para as empresas, essencialmente quando reportam informação para além da obrigatória, nomeadamente informação ambiental. Desta forma, torna-se importante analisar a divulgação de informação ambiental por parte das empresas cotadas em bolsa em Portugal, uma vez que possuem maior dimensão e visibilidade no país. Assim, este estudo tem como objetivos:

1. Identificar a informação ambiental divulgada pelas empresas no relatório de gestão, anexo e relatório de sustentabilidade.
2. Analisar a evolução do IDA no período entre 2015 e 2017.
3. Avaliar se o setor de atividade, certificação ambiental, EBIT e estrutura do conselho de administração (número de membros e rácio de membros independentes) têm impacto no IDA.

3.2. Modelo concetual proposto

O terceiro objetivo está refletido no modelo concetual como se pode ver pela figura 3. Este objetivo dá lugar a 4 hipóteses de investigação. No entanto, cada hipótese origina duas sub-hipóteses.

Figura 3 – Modelo concetual



Fonte: Elaboração Própria

3.3. Hipóteses de investigação

Para Archel e Lizarraga (2001), num estudo efetuado a 56 empresas cotadas da bolsa espanhola, as entidades que têm atividades mais suscetíveis de causar danos ambientais tendem a divulgar para o exterior mais informação do que as empresas que não são tão sensíveis a esse risco de forma a obter maior licitude em relação aos seus *stakeholders*. A mesma conclusão é partilhada por Liu e Ambumozhi (2009) numa amostra de empresas chinesas. Assim, neste estudo é formulada a seguinte hipótese:

H1: O setor de atividade tem impacto no IDA.

Como neste estudo é objetivo analisar o IDA nos documentos obrigatórios e facultativos, a H1 dá lugar a duas sub-hipóteses:

H1.1: O setor de atividade da empresa tem impacto no IDA no Relatório de gestão e Anexo (RG&A)

H1.2: O setor de atividade da empresa tem impacto no IDA no Relatório de Sustentabilidade (RS)

A implementação de um SGA é algo que as empresas têm apostado, cada vez mais, nos últimos anos. Para Archel e Lizarraga (2001), as entidades ambientalmente certificadas têm interesse em divulgar os seus êxitos ambientais. Também Barros (2011), conclui que as empresas com certificação ambiental tendem a divulgar mais informação ambiental nos seus relatórios anuais. Neste contexto, formula-se a segunda hipótese de investigação:

H2: As empresas com certificação ambiental apresentam um IDA superior.

As sub-hipóteses associadas a esta hipótese são:

H2.1: As empresas com certificação ambiental apresentam um IDA_{RG&A} superior.

H2.2: As empresas com certificação ambiental apresentam um IDA_{RS} superior.

A lucratividade é definida como um indicador do desempenho da empresa na gestão dos seus ativos (Juhmani, 2014). Para Elshabasy (2018), as empresas com mais lucros tendem a divulgar mais informação ambiental ao contrário das empresas que apresentam menos lucros dado que optam por mais secretismo. A mesma teoria é apontada por Brammer e Pavelin (2008), visto que as empresas com elevados lucros têm maior capacidade de pagar os custos associados à divulgação ambiental. Por outro lado, Huang e Kung (2010) e Kathy Rao *et al.*

(2012) apontam uma relação negativa entre estas duas variáveis. Como a maioria dos estudos encontram uma evolução positiva, formula-se a terceira hipótese:

H3. As empresas com um EBIT superior apresentam um IDA mais elevado.

As duas sub-hipóteses são:

H3.1: As empresas com um EBIT superior apresentam um IDA_{RG&A} mais elevado.

H3.2: As empresas com um EBIT superior apresentam um IDA_{RS} mais elevado.

Admite-se que a dimensão do conselho, em termos do número de membros, tenha um efeito sobre a capacidade de monitorizar as informações da empresa (Shwairef, Amran, Iranmanesh & Ahmad, 2019). Allegrini e Greco (2013), num estudo efetuado às empresas não financeiras cotadas na bolsa italiana, constata uma relação positiva entre o número de administradores e o IDA, ou seja, empresas com conselhos de administração de dimensão superior são as que apresentam maior IDA. Desta forma, formula-se a quarta hipótese da investigação:

H4: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam maior IDA.

Especificamente pretende-se investigar se:

H4.1: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam maior IDA_{RG&A}

H4.2: As empresas com mais membros no conselho de administração são as que apresentam maior IDA_{RS}

A presença de membros independentes pode melhorar a monitorização geral da empresa e, portanto, ajudar a melhorar a responsabilidade e a transparência da empresa perante o público (Nelson, Banks & Fisher, 2003). Liao, Lua e Tang (2015) encontram relação positiva entre o rácio de diretores independentes e divulgação de informações ambientais numa amostra de empresas britânicas. Eberhardt-Toth (2017) também confirma a relação entre estas variáveis. Neste sentido, formulam-se as últimas hipóteses de investigação:

H5: As empresas com maior rácio de membros independentes no conselho de administração apresentam maior IDA

H5.1: As empresas com maior rácio de membros independentes no conselho de administração apresentam maior IDA_{RG&A}

H5.2: As empresas com maior rácio de membros independentes no conselho de administração apresentam maior IDA_{RS}

Apresentados os objetivos, o modelo concetual e as hipóteses de investigação, o próximo capítulo refere-se à metodologia da investigação.

Capítulo IV – Metodologia de investigação

4.1. Metodologia, amostra e processo de recolha de dados

A parte empírica desta investigação assenta numa análise de conteúdo de natureza quantitativa.

A população em estudo são as empresas pertencentes à *Euronext Lisbon*, composta atualmente por 43 empresas. Contudo, foram retiradas do estudo as empresas que não exibem atividade em bolsa nos últimos 3 meses e as sociedades anónimas desportivas (FC Porto SAD, SL Benfica SAD e Sporting CP SAD) por terem um âmbito meramente desportivo. Por conseguinte, a amostra final é constituída pelas 30 empresas, ou seja, é composta por 70% das empresas portuguesas cotadas em bolsa. A tabela 4 evidencia a composição da amostra.

Tabela 4 – Composição da amostra

<ul style="list-style-type: none">▪ Altri▪ Banco Comercial▪ Cofina▪ Corticeira Amorim▪ CTT Correios▪ EDP▪ EDP Renováveis▪ Estoril Sol Casinos▪ Galp Energia▪ Glintt▪ Ibersol▪ Impresa▪ Inapa Inv.Gestão▪ Jerónimo Martins▪ Martifer	<ul style="list-style-type: none">▪ Media Capital▪ Mota Engil▪ NOS▪ Novabase▪ Orey Antunes▪ Pharol▪ Ramada▪ Ren▪ Semapa▪ Sonae▪ Sonae Indústria▪ Teixeira Duarte▪ Toyota Caetano▪ The Navigator Company▪ Vista Alegre
---	---

Os dados foram obtidos do relatório e contas e relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas, no período de 2015 a 2017, por serem neles que se encontra a informação ambiental. Note-se que se realizou previamente uma recolha de dados na plataforma SABI, de modo a recolher de forma mais rápida os dados das empresas em estudo (dados gerais e financeiros). A restante informação ou a inexistente na base de dados SABI, obteve-se os relatórios acima descritos.

4.2. Mensuração das variáveis

Neste trabalho serão calculados dois IDA. O primeiro, denominado IDA_{RG&A}, permitirá conhecer o nível de divulgação ambiental por parte das empresas nos documentos de carácter

obrigatório, nomeadamente, relatório de gestão e anexo. O segundo, denominado IDARS, indicará o nível de divulgação ambiental nos documentos de carácter facultativo, neste caso, o relatório de sustentabilidade.

Os 14 indicadores utilizados no desenvolvimento do IDARG&A foram adaptados do estudo efetuado por Monteiro e Guzmán (2010). Estes indicadores são os descritos nos parágrafos 48 e 49 da NCRF 26 (em vigor até 2016) e referem-se a informação que deve ser divulgada no relatório de gestão e no anexo às demonstrações financeiras (tabela 5). Note-se que se usou a norma que vigorou até 2016 pelo facto do estudo abranger anos anteriores a 2016 e também por ser mais fácil recolher informação de acordo com os itens que constam na referida norma.

Tabela 5 – Indicadores do IDARG&A

<p>Relatório de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Política Ambiental ▪ Sistema de gestão ambiental (SGA) ▪ Medidas de proteção ambiental ▪ Formação ▪ Auditoria ambiental ▪ Desempenho Ambiental ▪ Investimentos Ambientais ▪ Outros elementos de carácter ambiental 	<p>Anexo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Critérios de mensuração ▪ Incentivos ambientais ▪ Dispêndios de carácter ambiental ▪ Custos extraordinários ▪ Passivos de carácter ambiental ▪ Passivos contingentes
--	--

Para o IDARS, os indicadores foram selecionados conforme a categoria ambiental das diretrizes GRI, que são 12 (tabela 6).

Tabela 6 – Indicadores do IDARS

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais ▪ Energia ▪ Água ▪ Biodiversidade ▪ Emissões ▪ Efluentes e Resíduos ▪ Produtos e Serviços 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conformidade ▪ Transportes ▪ Geral ▪ Avaliação de Fornecedores ▪ Reclamações Ambientais
---	---

O IDA resulta da seguinte fórmula:

$$IDA_n = \frac{\sum_{j=1}^e e_j}{e}$$

- e_j – Número de indicadores presentes nos relatórios
- e – Número máximo de indicadores

Na mensuração desta variável será utilizada a variável dicotómica *dummy*. Um determinado indicador terá “1” caso seja divulgado, porém, se um outro indicador não constar nos relatórios terá “0”. Por exemplo, se dos 14 indicadores em análise, a empresa divulga informação associada a 7, o índice será de 7/14, que é igual a 0,5.

As restantes variáveis serão avaliadas segundo os seguintes critérios:

i. Setor de Atividade

A variável setor de atividade assume o valor 1 caso a empresa pertença a um setor considerado ambientalmente crítico e o valor 0 caso não faça parte. Os setores considerados críticos são a energia, pasta de papel e petróleo/gás (Archel & Lizarraga, 2001) dado que estes ramos de atividade conferem às empresas a obrigação moral de informar as pessoas sobre os seus compromissos ambientais (Deegen & Gordon, 1996).

ii. Certificação Ambiental

A variável certificação ambiental assume o valor 1 caso a empresa possua uma certificação ambiental e valor 0 caso não possua.

iii. EBIT

A variável EBIT assume o valor do resultado operacional do respetivo ano.

iv. Membros do conselho de administração

A variável número de membros do conselho de administração assume o número de administradores que a empresa apresenta no conselho de administração.

v. Membros independentes do conselho de administração

A variável número de membros independentes do conselho de administração assume o rácio entre o número de membros independentes que a empresa apresenta no conselho de administração e o número total de membros do conselho.

4.3. Análise estatística dos dados

Neste estudo, será realizada, em primeiro lugar, uma análise descritiva da amostra. Posteriormente procede-se a uma análise bivariada e, por fim, efetua-se uma análise de regressão linear para testar as hipóteses de investigação.

Os testes estatísticos são executados no software IBM Statistics SPSS, versão 21.

Capítulo V – Análise e discussão dos resultados

5.1. Análise descritiva da amostra

A amostra, que é composta por 30 empresas cotadas da bolsa de Lisboa, é representada maioritariamente por empresas dos setores de atividade “Serviços” e “Indústria” (56,7%). A tabela 7 apresenta a frequência de empresas por setor de atividade.

Tabela 7 – Frequência de empresas por setor de atividade

Setor de Atividade	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Serviços	9	30,0
Indústria	8	26,7
Materiais básicos	5	16,7
Eletricidade	3	10,0
Tecnologia	2	6,7
Finanças	1	3,3
Petróleo e gás	1	3,3
Telecomunicações	1	3,3
Total	30	100%

Fonte: <https://www.bolsadelisboa.com.pt/cotacoes/accoes-lisboa>

Para efeitos de análise, o setor de atividade é classificado de acordo com a proposta de Archel e Lizarraga (2001). A tabela 8 mostra que 40% das empresas analisadas pertencem ao setor de atividade considerado ambientalmente crítico (energia, pasta de papel e petróleo e gás).

Tabela 8 – Frequência de empresas por setor de atividade considerado ambientalmente crítico

Setor de atividade ambientalmente crítico	n	%
Sim	12	40,0
Não	18	60,0
Total	30	100%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os dados da Tabela 9, é possível verificar que, em termos médios, a maioria das empresas analisadas (76,7%), no período compreendido entre 2015 e 2017, divulga nos seus relatórios anuais informação de carácter ambiental. Verifica-se também um aumento

das empresas que divulgam informação ambiental de 2015 para 2017 em 28,6%. Em 2017, apenas 3 entidades não divulgam qualquer tipo de informação ambiental.

Tabela 9 – Frequência e evolução de empresas divulgadoras de informação ambiental

Empresas	2015		2016		2017		Média		Taxa Variação (2015-2017)
	n	%	n	%	n	%			
Não divulga	9	30%	9	30%	3	10%	7	23,3%	- 66,7%
Divulga	21	70%	21	70%	27	90%	23	76,7%	28,6%
Total Empresas	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à evolução de divulgação de informação ambiental nos relatórios anuais por setor de atividade, destacam-se as empresas dos setores da tecnologia (200%), dos serviços (49,9%) e dos materiais básicos (33,33%) O setor da indústria, após uma ligeira queda em 2016, voltou a ter 7 das 8 empresas divulgadoras de informação o que perfaz um índice de 87,5% em 2017 (tabela 10).

Tabela 10 – Frequência e evolução de empresas divulgadoras de informação ambiental nos relatórios anuais por setor de atividade

Setor	Frequência Absoluta (n)	2015		2016		2017		Taxa Variação (2015-2017)
		n	%	n	%	n	%	
Serviços	9	6	66,7%	7	77,8%	9	100%	49,9%
Indústria	8	7	87,5%	6	75%	7	87,5%	0%
Materiais básicos	5	3	60%	3	60%	4	80%	33,3%
Eletricidade	3	3	100%	3	100%	3	100%	0%
Tecnologia	2	0	0%	0	0%	2	100%	200%
Finanças	1	1	100%	1	100%	1	100%	0%
Petróleo e Gás	1	1	100%	1	100%	1	100%	0%
Telecomunicações	1	0	0%	0	0%	0	100%	0%
Total	30	21	70%	21	70%	27	90%	28,6%

Fonte: Elaboração própria

A tabela 11 mostra os dados referentes à publicação de relatórios de sustentabilidade por parte das empresas analisadas. Verifica-se uma variação positiva de 55,6% entre 2015 e 2017, passando de 9 empresas, em 2015, para 14 empresas, em 2017. Se compararmos os

valores referentes a 2016 e 2017, o progresso é ainda maior já que o número de relatórios divulgados pelas empresas aumentou de 7 para 14, ou seja, o dobro. Conforme os resultados obtidos, nota-se uma maior preocupação das empresas em divulgar para o exterior informações sobre responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável, dado serem esses os principais objetivos da elaboração deste tipo de documento.

Tabela 11 – Frequência e evolução de empresas que publicaram relatórios de sustentabilidade

Relatório sustentabilidade	2015		2016		2017		Média		Taxa Variação (2015-2017)
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Publica	9	30%	7	23,3%	14	46,7%	10	33,3%	55,6%
Não Publica	21	70%	23	76,7%	16	53,3%	20	66,7%	-23,81%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	

Fonte: Elaboração própria

Quanto à estrutura do relatório de sustentabilidade, verifica-se que 25 dos 30 relatórios analisados (9 em 2015, 7 em 2016 e 14 em 2017), ou seja, mais de 80% das empresas segue as orientações GRI. Desta forma, as empresas, na elaboração do relatório de sustentabilidade e na parte que diz respeito a matérias ambientais, seguem os 12 indicadores como anteriormente mencionados para divulgar o desempenho ambiental.

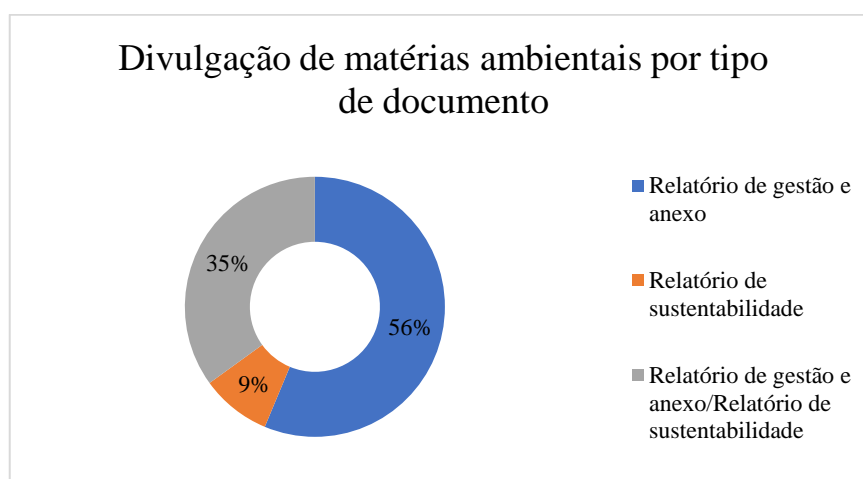
Tabela 12 – Relatórios de sustentabilidade elaborados conforme orientações do GRI, no período entre 2015 e 2017

Orientações GRI		
Sim	25	83,3%
Não	5	16,7%
Total	30	100%

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao tipo de documento onde a empresa divulga informação ambiental, verifica-se que 56% das empresas divulgam a referida informação apenas no relatório de gestão e anexo, 9% apenas no relatório de sustentabilidade e 35% em ambos os documentos (gráfico 1).

Gráfico 1 – Divulgação de informação ambiental por tipo de documento



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à estrutura do conselho de administração das empresas analisadas, a tabela 13 mostra a estatística referente ao número de administradores pertencentes ao conselho de administração. Constatou-se um valor médio de cerca de 10 administradores por empresa, sendo que o valor mínimo é de 3 administradores e o valor máximo de 22.

Tabela 13 – Número de administradores

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Número de administradores	3	22	9,77	4,714

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos membros independentes do conselho de administração, a tabela 14 indica um valor médio de 5,53 membros independentes por empresa, sendo que o valor mínimo é de 0 membros independentes e o valor máximo de 14.

Tabela 14 – Membros independentes

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Média da razão entre membros independentes / número de administradores (%)
Número de membros independentes	0	14	5,53	3,986	52,1%

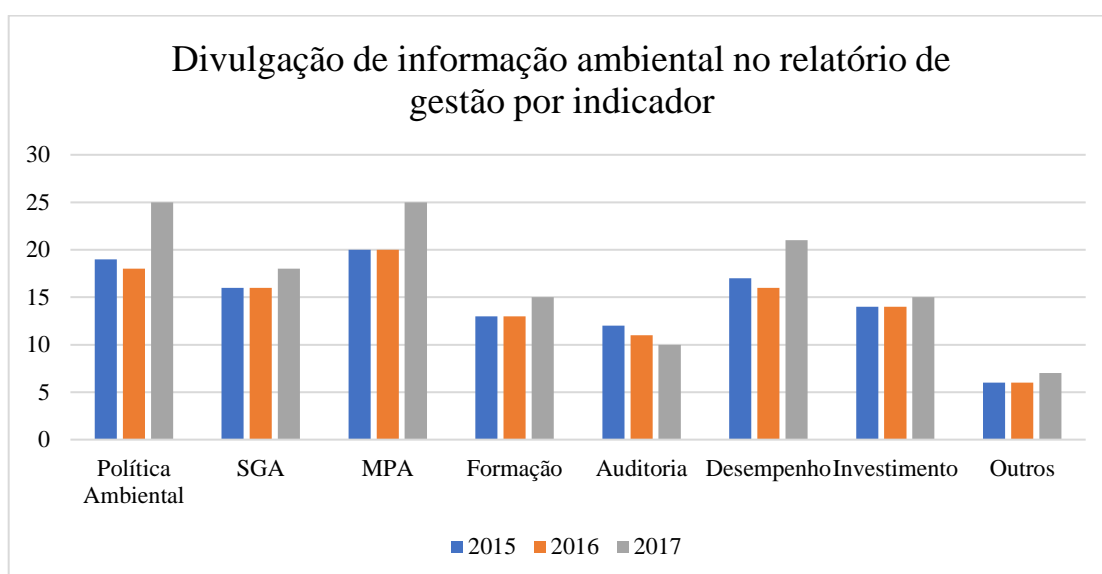
Fonte: Elaboração própria

5.2. Análise e discussão de resultados

O primeiro objetivo deste estudo consiste em identificar a informação ambiental que é divulgada pelas empresas nos seus relatórios (relatório e contas e relatório de sustentabilidade).

Neste estudo, analisa-se a informação ambiental que é divulgada pelas empresas no relatório de gestão e anexo com base em 14 indicadores (de acordo com a NCRF 26 que vigorou até 2016). Conforme o gráfico 2, os indicadores mais divulgados no relatório de gestão são a política ambiental e as MPA que a empresa promove. Contrariamente, os indicadores auditoria e “outros” (que se refere nomeadamente a presenças da organização em eventos de desenvolvimento sustentável ou a prémios recebidos no âmbito desta temática) são os menos visados. Na análise ao gráfico, observa-se, exceto para o indicador auditoria, uma evolução positiva, na divulgação de matérias ambientais de 2015 para 2017.

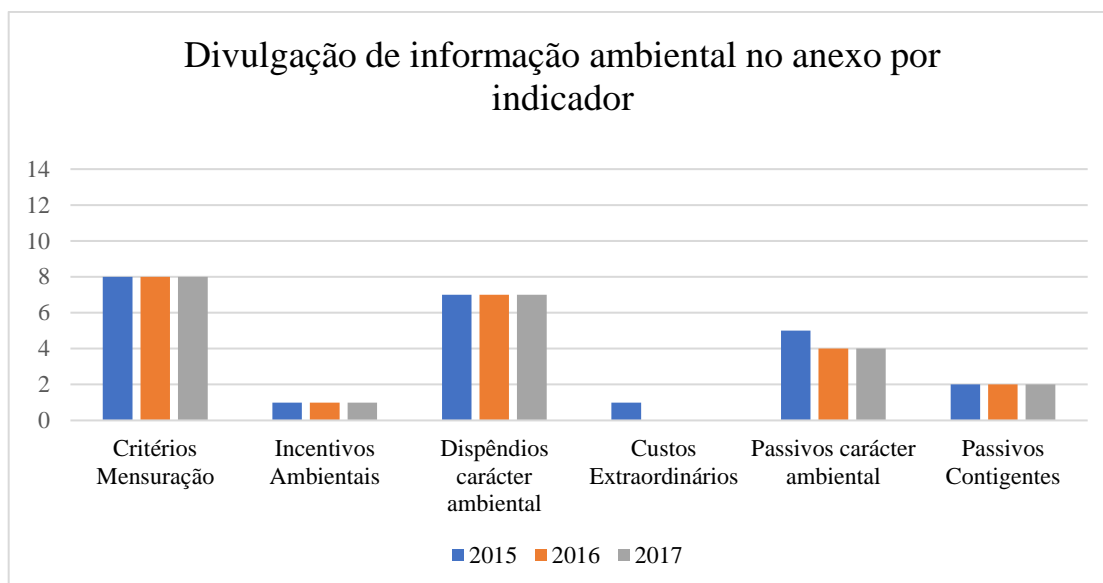
Gráfico 2 – Frequência de empresas que divulgam matérias ambientais no relatório de gestão por indicador, de 2015 a 2017



Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos indicadores divulgados no anexo às demonstrações financeiras (gráfico 3), verifica-se que cerca de um quarto das empresas divulgam os critérios de mensuração e dispêndios de carácter ambiental. Relativamente aos outros indicadores, verifica-se que têm um peso ainda mais reduzido, ou até nulo (2016 e 2017), como é o caso dos custos extraordinários.

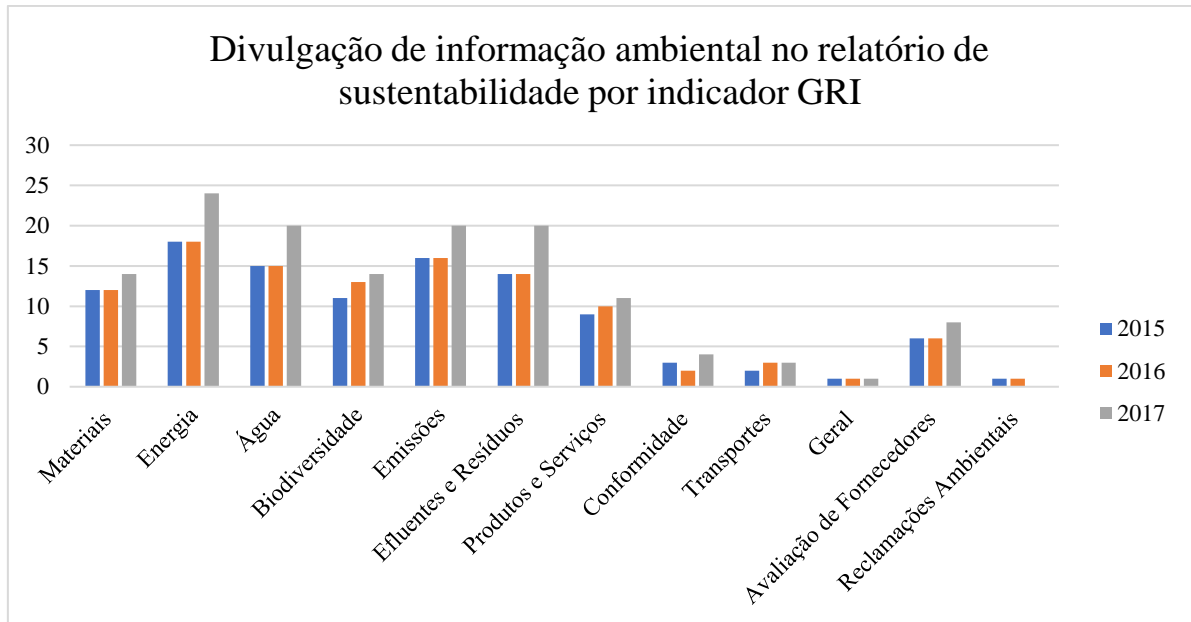
Gráfico 3 – Frequência de empresas que divulgam matérias ambientais no anexo por indicador, de 2015 a 2017



Fonte: Elaboração própria

Tendo em conta os 12 indicadores GRI que integram a dimensão ambiental, é possível verificar no gráfico 4, que o indicador energia é o mais divulgado, tendo sido observado em 24 dos 30 relatórios analisados no último ano. De seguida, a água, as emissões e os efluentes e resíduos, estão presentes, em termos médios, em mais de 50% dos casos. Em relação à evolução nos três anos, verifica-se um crescimento global em todos os indicadores, exceto para o indicador geral e reclamações ambientais, sendo este crescimento mais acentuado no último ano em análise, ou seja, em 2017. De notar que o fator referente à avaliação de fornecedores demonstra um crescimento semelhante aos indicadores mais divulgados. Estes resultados indicam que as empresas tendem a fazer, cada vez mais, uma análise mais aprofundada dos seus fornecedores, não tendo só em consideração o fator económico, mas também o fator ambiental o que leva a um impacto positivo na cadeia económica.

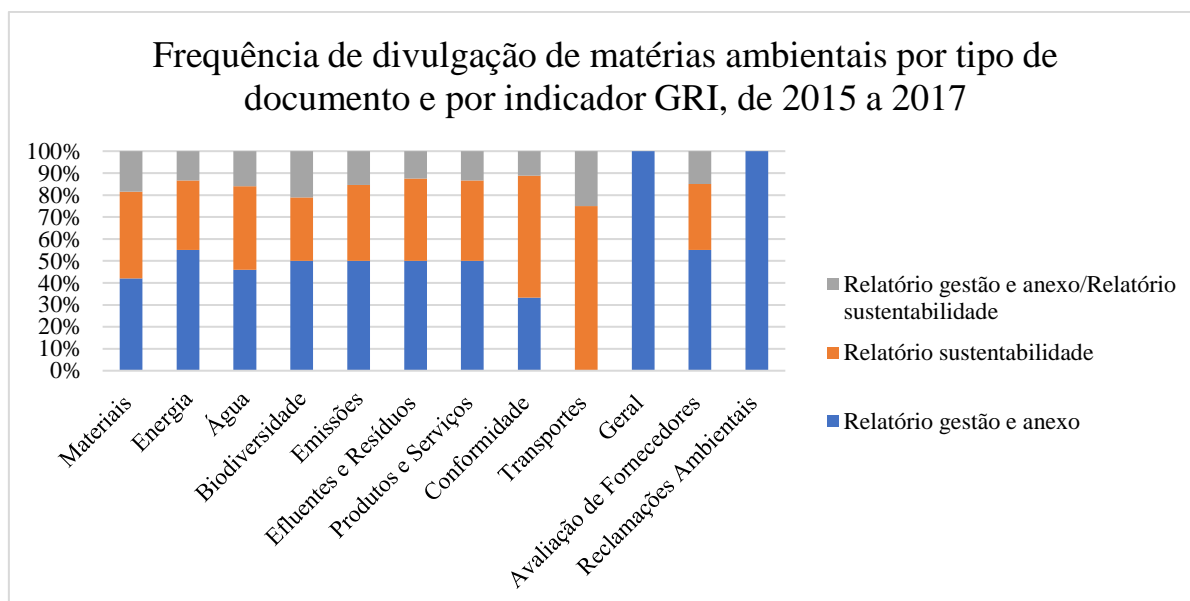
Gráfico 4 – Frequência de empresas que divulgam matérias ambientais no relatório de sustentabilidade por indicador GRI, de 2015 a 2017



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 5 indica em que tipo de documento é que os doze indicadores referenciados pelo GRI foram divulgados. Observa-se que o relatório de gestão e o anexo têm um peso substancial na maior parte dos elementos, apresentando percentagens a rondar os 50%, sendo que nos indicadores de reclamações ambientais e geral o seu espaço abrange os 100%. No que concerne ao relatório de sustentabilidade, a sua área é maioritariamente inferior à do relatório de gestão, facto que pode ser explicado por nem todas as empresas optarem por este tipo de publicação. No entanto, os indicadores relativos à conformidade e aos transportes são expostos maioritariamente no relatório de sustentabilidade. O gráfico permite ainda notar que as informações divulgadas simultaneamente nos dois relatórios, têm um peso quase insignificante o que permite concluir que a maioria das empresas optam por publicar estes indicadores apenas num documento.

Gráfico 5 – Frequência de divulgação de matérias ambientais por tipo de documento e por indicador GRI, de 2015 a 2017



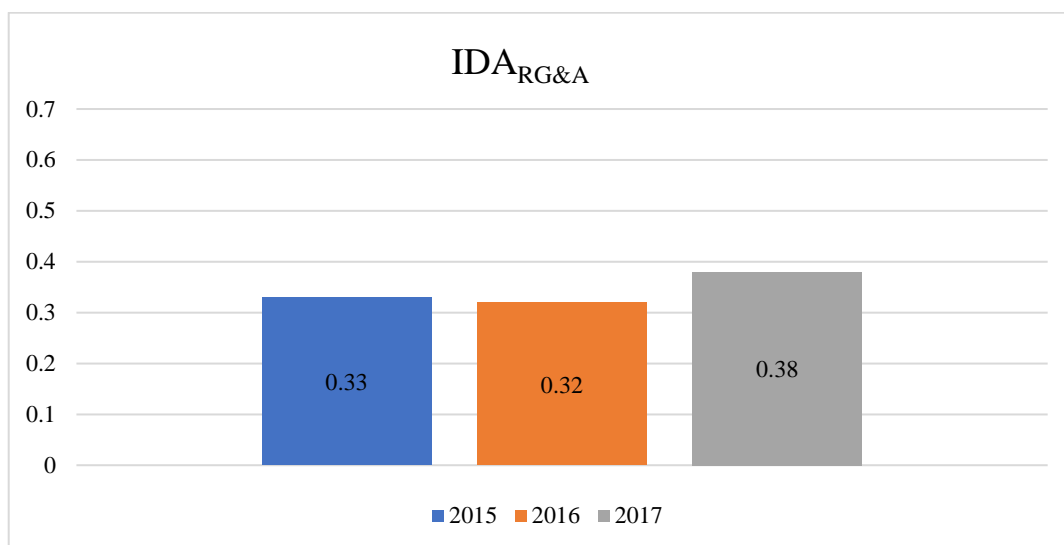
Fonte: Elaboração Própria

Desta forma, identificamos os indicadores que são mais divulgados pelas empresas portuguesas cotadas em bolsa, o que permite dar resposta ao primeiro objetivo definido neste estudo. Em suma, verifica-se que a política ambiental e as medidas de proteção ambiental são os indicadores mais divulgados no relatório de gestão. No anexo, os critérios de mensuração e os dispêndios de carácter ambiental são a informação mais divulgada. Por fim, os indicadores GRI mais referenciados são a energia, a água, as emissões e os efluentes e resíduos.

O segundo objetivo deste estudo consiste em analisar a evolução do IDA no período de 2015 a 2017 e verificar se existem diferenças entre a evolução do IDA nos documentos de carácter obrigatório (relatório e contas) e facultativo (relatório de sustentabilidade).

No gráfico 6 é possível observar os resultados obtidos do IDA_{RG&A}. Verifica-se um decréscimo do índice no ano 2016 em comparação com 2015. No entanto, constata-se uma subida no último ano analisado (2017). Em termos percentuais, verifica-se uma taxa de variação negativa de 4,6% entre 2015 e 2016, enquanto que entre 2016 e 2017 a taxa de variação foi positiva na ordem dos 20,13%. No cômputo geral dos valores de 2015 e 2017, constata-se uma variação positiva de 14,6%.

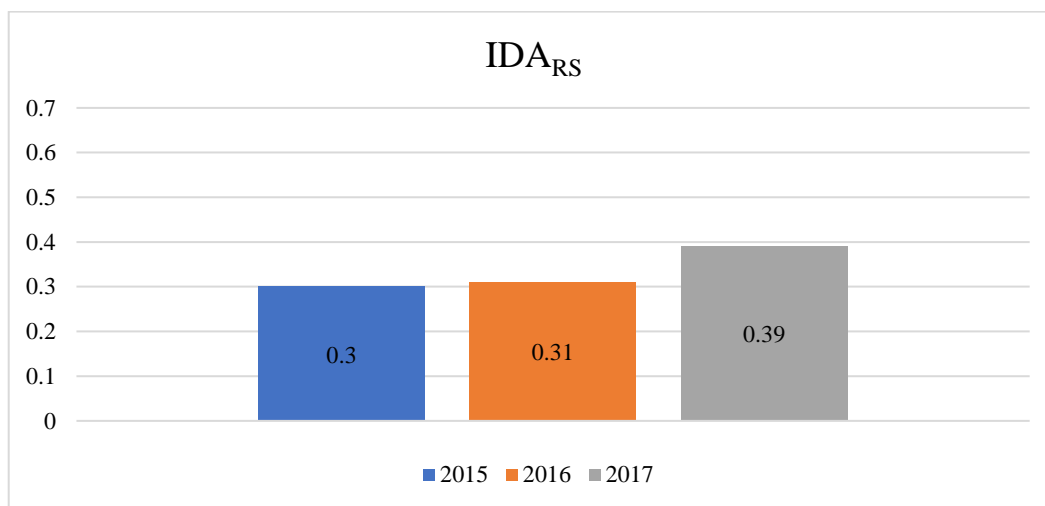
Gráfico 6 – IDA_{RG&A} em 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao IDA_{RS}, tendo em conta os indicadores GRI, os resultados, conforme o gráfico 7, mostram uma evolução gradual e positiva nos três anos analisados, constatando-se uma variação positiva de 25,8% de 2015 para 2017.

Gráfico 7 - IDA_{RS} em 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaboração própria

Os resultados mostram uma evolução positiva na divulgação de matérias ambientais por parte das empresas cotadas em bolsa no relatório e contas e relatório de sustentabilidade de 2015 para 2017. Constata-se ainda que os valores dos dois IDA são muito semelhantes, não existindo, portanto, diferenças significativas no nível de divulgação ambiental em documentos de carácter obrigatório (relatório de gestão e anexo) e documentos de carácter facultativo (relatório de sustentabilidade).

Estes resultados dão resposta ao segundo objetivo do estudo, ou seja, no período entre 2015 e 2017 assiste-se a uma evolução positiva no IDA por parte das empresas cotadas em bolsa. Os resultados vão ao encontro das conclusões retiradas por Monteiro e Guzmán (2010). Estes autores, verificaram numa amostra de 109 grandes empresas portuguesas, que o IDA evoluiu positivamente entre 2002 e 2004.

Para responder ao terceiro objetivo que visa avaliar se o setor de atividade, certificação ambiental, EBIT e estrutura do conselho de administração (número de administradores e de membros independente do conselho de administração) têm impacto no IDA, procedeu-se a uma análise bivariada de forma a avaliar as relações entre as variáveis em estudo.

De modo a apurar qual o melhor método estatístico a utilizar no estudo, começa-se por analisar a normalidade dos dados. Segundo o teste de *Kolmogorov-Smirnov* que permite averiguar a normalidade dos dados (Leotti, Coster & Riboldi, 2012), não estamos perante uma distribuição normal, logo foi selecionado um teste não paramétrico, ou seja, o coeficiente de correlação de *Spearman*, uma vez que este teste não obriga à população ter uma distribuição normal e pode ser usado para variáveis de carácter ordinal (Barata, 2015). Este coeficiente permite quantificar a avaliação da força e direção da associação entre duas variáveis variando entre +1 e -1. Uma correlação = 1 indica uma associação perfeita positiva entre duas variáveis enquanto que uma correlação = -1 significa uma associação perfeita negativa, ou seja, quanto maior for o valor de uma variável “A”, menor será o valor da variável “B”. Uma correlação = 0 indicia ausência de associação.

Relativamente à relação entre o setor de atividade e o $IDA_{RG\&A}$, o resultado do teste de *Spearman* (tabela 15), indica que existe uma correlação positiva entre estas variáveis, com um coeficiente estandardizado de 0,636 para um nível de significância de 0,01%. Quanto à relação entre o setor de atividade e o IDA_{RS} , os resultados, conforme a tabela 16, são igualmente significativos, apresentando um coeficiente de correlação de 0,426 ($p < 0,001$).

Tabela 15 – Correlação entre o setor de atividade e o IDA_{RG&A}

Correlação			IDA _{RG&A}
<i>Spearman`s rho</i>	Setor de atividade	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,636** ,000

Fonte: Elaboração própria

Tabela 16 – Correlação entre o setor de atividade e o IDA_{RS}

Correlação			IDA _{RS}
<i>Spearman`s rho</i>	Setor de atividade	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,426** ,000

Fonte: Elaboração própria

Quanto à relação entre a certificação ambiental e o IDA_{RG&A} da empresa, os resultados obtidos, conforme a tabela 17, indicam uma correlação positiva entre ambas as variáveis, com um coeficiente estandardizado de 0,687 ($p < 0,001$). No que se refere à relação entre certificação ambiental e IDA_{RS}, conforme a tabela 18, os resultados também apontam uma correlação positiva com um coeficiente estandardizado de 0,595 ($p < 0,001$).

Tabela 17 – Correlação entre a certificação ambiental e o IDA_{RG&A}

Correlação			IDA _{RG&A}
<i>Spearman`s rho</i>	Certificação ambiental	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,687** ,000

Fonte: Elaboração própria

Tabela 18 – Correlação entre a certificação ambiental e o IDA_{RS}

Correlação			IDA _{RS}
<i>Spearman`s rho</i>	Certificação ambiental	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,595** ,000

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à relação entre o EBIT e o IDA_{RG&A}, o resultado do teste de *Spearman* (tabela 19), indica que existe uma forte correlação positiva entre estas variáveis, com um coeficiente estandardizado de 0,746 ($p < 0,001$). Segundo a tabela 20, a relação entre o EBIT e o IDA_{RS} é igualmente significativa com um coeficiente estandardizado de 0,692 ($p < 0,001$).

Tabela 19 – Correlação entre EBIT e o IDA_{RG&A}

Correlação			IDA _{RG&A}
<i>Spearman`s rho</i>	EBIT	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,746** ,000

Fonte: Elaboração própria

Tabela 20 – Correlação entre o EBIT e o IDA_{RS}

Correlação			IDA _{RS}
<i>Spearman`s rho</i>	EBIT	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,692** ,000

Fonte: Elaboração própria

Quanto à relação entre o número de administradores do conselho de administração e o IDA_{RG&A}, o resultado do teste de *Spearman* (tabela 21), indica que existe uma correlação positiva entre estas variáveis, com um coeficiente estandardizado de 0,463 para um nível de significância de 0,01% ($p < 0,001$). Já a relação entre o número de membros do conselho de administração e o IDA_{RS}, apresenta uma correlação significativa com um coeficiente ligeiramente mais fraco na ordem dos 0,384 ($p < 0,001$) (tabela 22).

Tabela 21 – Correlação entre o número de membros do conselho de administração e o IDA_{RG&A}

Correlação			IDA _{RG&A}
<i>Spearman`s rho</i>	Número de membros do conselho de administração	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,463** ,000

Fonte: Elaboração própria

Tabela 22 – Correlação entre o número de membros do conselho de administração e o IDA_{RS}

Correlação			IDA _{RS}
<i>Spearman`s rho</i>	Número de membros do conselho de administração	Coefficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,384** ,000

Fonte: Elaboração própria

Por fim, o resultado do teste de *Spearman* (tabela 23) para a relação entre o rácio de membros independentes no conselho de administração e o $IDA_{RG\&A}$ indica que existe uma correlação positiva entre estas variáveis, com um coeficiente estandardizado de 0,256 para um nível de significância de 0,05% ($p < 0,005$). Quanto à relação entre o rácio de membros independentes e o IDA_{RS} , os resultados da tabela 24 mostram um coeficiente de 0,350 ($p < 0,01$).

Tabela 23 – Correlação entre a independência dos membros do conselho de administração e o $IDA_{RG\&A}$

Correlação			$IDA_{RG\&A}$
<i>Spearman's rho</i>	Membros Independentes	Coeficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,256* ,015

Fonte: Elaboração própria

Tabela 24 – Correlação entre a independência dos membros do conselho de administração e o IDA_{RS}

Correlação			IDA_{RS}
<i>Spearman's rho</i>	Membros Independentes	Coeficiente de Correlação Sig. (2-tailed)	,350** ,001

Fonte: Elaboração própria

De seguida é efetuada a análise de regressão múltipla. Este modelo assenta em prever o valor de uma variável dependente através de um conjunto de variáveis independentes (Maroco, 2003). Para tal, foram selecionadas como variáveis independentes das empresas analisadas, o setor de atividade, a certificação ambiental, o EBIT, o número de administradores e o número de membros independentes do conselho de administração. Como variável dependente, foi utilizado o $IDA_{RG\&A}$ e o IDA_{RS} pois são os elementos centrais da investigação e é neles que se quer averiguar o efeito provocado pelas variáveis independentes anteriormente mencionadas.

Da análise, conforme a tabela 25, resultou num modelo estatisticamente significativo ($F=54,184$; $p < 0,001$; $R^2 = 0,763$). O R^2 sugere que uma parte bastante significativa (76,3%) da variância da variável dependente $IDA_{RG\&A}$, é explicada pelas diferentes variáveis independentes (setor de atividade, certificação ambiental, EBIT, número de membros do conselho de administração e membros independentes).

Tabela 25 – Análise da regressão múltipla ao IDA_{RG&A}

Modelo Regressão Múltipla	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constante)	-,362	,606		-,598	,552
Setor de atividade	1,781	,627	,199	2,838	,006
Certificação ambiental	3,739	,473	,470	7,901	,000
EBIT	3,977E-09	,000	,340	5,079	,000
Número membros do conselho de administração	,139	,054	,165	2,590	,011
Membros Independentes	2,001	,877	,135	2,282	,025
ANOVA: F(2) = 54.184; p<0,001 R ² = 0,763					

Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao modelo para a variável dependente IDA_{RS}, os resultados indicam um modelo estatisticamente significativo (F=23,709; p<0,001; R² = 0,585). O R² sugere que uma parte (58,5%) da variância da variável dependente IDA_{RS}, é explicada pelas variáveis independentes (certificação ambiental, EBIT e membros independentes).

Tabela 26 – Análise da regressão múltipla ao IDA_{RS}

Modelo Regressão Múltipla	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constante)	-,074	,053		-1,392	,168
Setor de atividade	-0,15	,055	-,025	-,264	,792
Certificação ambiental	,222	,042	,421	5,342	,000
EBIT	3,054E-10	,000	,393	4,442	,000
Número de membros do conselho de administração	,005	,005	,094	1,111	,270
Membros independentes	,366	,077	,372	4,751	,000
ANOVA: F(2) = 23.709; p<0,001 R ² = 0,585					

Fonte: Elaboração própria

Face aos testes realizados, foi possível suportar 8 das 10 hipóteses de investigação. Os resultados indicaram que o setor de atividade, certificação ambiental, EBIT, número de administradores e número de membros independentes se relacionam positivamente com o $IDA_{RG\&A}$. Estes dados permitem corroborar os estudos efetuado anteriormente por Archel e Lizarraga (2001) e Liu e Ambumozhi (2009) em relação ao setor de atividade, Archel e Lizarraga (2001) e Barros (2011) para a certificação ambiental, Elshabasy (2018) para o EBIT, Allegrini e Greco (2013) em relação ao número de membros do conselho de administração e Eberhardt-Toth (2017) e Liao, Lua e Tang (2015) no que toca ao rácio de membros independentes. Na tabela 27 apresenta-se um resumo do resultado do teste de hipóteses.

Tabela 27 – Resultado do teste de hipóteses

Hipóteses	Suportado/Não suportado	Estudos prévios com resultado idêntico
H1.1 O setor de atividade da empresa tem impacto no $IDA_{RG\&A}$	Suportado	Archel e Lizarraga (2001) e Liu e Ambumozhi (2009)
H1.2 O setor de atividade da empresa tem impacto no IDA_{RS}	Não suportado	
H2.1 As empresas com certificação ambiental apresentam um $IDA_{RG\&A}$ superior	Suportado	Archel e Lizarraga (2001) e Barros (2011)
H2.2 As empresas com certificação ambiental apresentam um IDA_{RS} superior	Suportado	
H3.1 As empresas com maior EBIT apresentam um $IDA_{RG\&A}$ mais elevado	Suportado	Elshabasy (2018)
H3.2 As empresas com maior EBIT apresentam um IDA_{RS} mais elevado	Suportado	
H4.1 As empresas com maior número de membros do conselho de administração apresentam maior $IDA_{RG\&A}$	Suportado	Allegrini e Greco (2013)
H4.2 As empresas com maior número de membros do conselho de administração apresentam maior IDA_{RS}	Não suportado	
H5.1 As empresas com maior rácio de membros independentes no conselho de administração apresentam maior $IDA_{RG\&A}$	Suportado	Eberhardt-Toth (2017) e Liao, Lua e Tang (2015)
H5.2 As empresas com maior rácio de membros independentes no conselho de administração apresentam maior IDA_{RS}	Suportado	

Fonte: Elaboração própria

Capítulo VI – Conclusão

As alterações climáticas e restantes problemas ambientais que se vivem na atualidade “obrigam” o setor empresarial e outras instituições a colocar em práticas as noções de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. A contabilidade revela-se importante nestas áreas pois prepara informação de carácter ambiental e a sua divulgação é primordial para os *stakeholders*, dado que estes, cada vez mais, se preocupam com questões ambientais e desejam que as empresas assumem compromissos nestas áreas em benefício da própria empresa e da sociedade em geral.

O estudo tem como objetivo identificar a informação divulgada nos relatórios das empresas portuguesas cotadas em bolsa, analisar a evolução do IDA no relatório e contas e relatório de sustentabilidade, entre 2015 e 2017, bem como verificar se o setor de atividade, certificação ambiental, EBIT, número de membros do conselho de administração e rácio de membros independentes têm impacto no IDA.

Em primeiro lugar, neste estudo, constata-se que das 30 empresas analisadas, 76,7% divulgam informação de carácter ambiental, verificando-se uma variação positiva na ordem dos 28,6% no período em estudo. A elaboração de um relatório de sustentabilidade também apresenta bons resultados. Apesar de, em média, apenas 33,3% das empresas publicar este tipo de relatório, a taxa de variação indica uma evolução positiva de 55,6% nos três anos analisados. Verifica-se, ainda, que 83,3% dos relatórios de sustentabilidade seguem as orientações do GRI.

Em termos de informação que é divulgada pelas empresas, verifica-se que a política ambiental e MPA são os indicadores mais divulgados no relatório de gestão. No anexo, os critérios de mensuração e os dispêndios de carácter ambiental são a informação mais divulgada. Por fim, os indicadores GRI mais referenciados são a energia, a água, as emissões e os efluentes e resíduos.

Quanto à evolução da divulgação de informação ambiental, os resultados obtidos permitem concluir que existe uma evolução positiva no nível de divulgação ambiental por parte das empresas cotadas na bolsa de Lisboa entre os anos de 2015 e 2017. Especificamente, os resultados mostram uma variação positiva no IDA_{RG&A} de 14,6% e no IDA_{RS} de 25,8% no período entre 2015 e 2017. Esta conclusão está de acordo com o esperado visto que as preocupações ambientais são, cada vez mais, um tema em destaque na sociedade, pelo que é esperado que as empresas desenvolvam ações amigas do ambiente e divulguem essas mesmas ações.

Quanto ao terceiro e último objetivo desta investigação, que teve por base o modelo concetual, os resultados dos testes estatísticos efetuados demonstraram que o setor de atividade, a certificação ambiental, o EBIT, o número de membros do conselho de administração e o rácio de membros independentes são fatores determinantes do $IDA_{RG\&A}$. Estes mesmos fatores, à exceção do setor de atividade e do número de membros do conselho de administração, são determinantes do IDA_{RS} . Salienta-se que 76,3% da variância da variável dependente $IDA_{RG\&A}$ e 58,5% da variável dependente IDA_{RS} é explicada pelas diferentes variáveis independentes.

Com base nestes resultados, observa-se que as empresas no espaço temporal em estudo, evoluíram positivamente, de uma maneira geral, a sua divulgação de informação ambiental. No entanto, apesar desta evolução, os resultados ainda não são os mais desejáveis. Existem empresas que não divulgam qualquer tipo de informação ambiental, o número de relatórios de sustentabilidade publicados é bastante reduzido e diversos indicadores analisados no IDA também não apresentam qualquer menção. Note-se que a amostra é constituída por 30 empresas cotadas na bolsa de valores portuguesa e, dada a sua notoriedade, deveriam ser estas a promoverem cada vez mais os conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social de modo a conjugar os objetivos económicos com as metas ambientais.

O estudo apresenta como limitações o facto da amostra ser de reduzida dimensão e constituída por empresas cotadas em bolsa pertencentes à *Euronext Lisbon*. Tal situação não permite generalizar as conclusões às restantes empresas. Além disso, o espaço temporal do estudo é relativamente limitado (2015 a 2017). Por fim, o estudo apenas analisou a presença, ou falta de diversos indicadores nos relatórios estudados e não dissecou o seu conteúdo.

Para linhas de investigação futura, propõe-se que seja realizado um estudo às empresas cotadas de outros países da União Europeia, para se comparar resultados, ou que seja utilizada uma amostra de maior dimensão e não restringida a empresas cotadas. Poderá ser realizado um estudo a um setor de atividade específico, como por exemplo, o setor industrial que é visto como um dos mais poluentes. Por último, uma pesquisa futura poderá relacionar com o IDA outro tipo de variáveis como, por exemplo, variáveis associadas à gestão, como características do *Chief Executive Officer* (CEO) ou “*Dual CEO*”.

Este estudo revela-se importante para a prática dado que verifica uma tendência positiva no que respeita à divulgação de informação ambiental e identifica cinco fatores que influenciam

o IDA. Desta forma, fornece informação mais atualizada e com mais dados relativamente ao relato ambiental nas empresas portuguesas que é ainda bastante limitada. Salienta-se ainda que foi elaborado um IDA_{RS}, o que permitiu comparar resultados com o IDA_{RG&A}. Os resultados deste estudo podem consciencializar os gestores para a necessidade de desenvolver medidas de proteção ambiental e de divulgar estrategicamente às partes interessadas o seu desempenho, uma vez que o grande desafio das empresas é mostrar aos seus *stakeholders* que, a longo prazo, o investimento em ações sustentáveis se traduz em maiores lucros e numa maior garantia da continuidade de negócio.

Referências Bibliográficas

- Abeysekera, I. (2010). The influence of board size on intellectual capital disclosure by Kenyan listed firms. *Journal of intellectual capital*, 11(4), 504-518.
- Allegrini, M., & Greco, G. (2013). Corporate boards, audit committees and voluntary disclosure: Evidence from Italian listed companies. *Journal of Management & Governance*, 17(1), 187-216.
- Almeida, A.L.M. e Real, D. (2005). Guia de Referência para a Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental segundo a Norma ISO 14001:2004, QTEL & AIP – Direção de Associativismo e Competitividade Empresarial.
- Álvarez-García, J., & del Río Rama, M. (2016). Sustainability and EMAS: Impact of Motivations and Barriers on the Perceived Benefits from the Adoption of Standards. *Sustainability*, 8(10), 1057.
- Amanova, G. D., Abdrakhmanova, A. U., Belgibayeva, A. S., Zhumabekova, G. Z., Saduakassova, K. Z., Sartov, U. K., & Serikbaeva, S. G. (2017). State and Challenges of Environmental Accounting in the Republic of Kazakhstan. *Journal of Environmental Management & Tourism*, 8(1 (17)), 155.
- Anand, M. B., & Srineevasa, D. L. (2014). Environmental Accounting-An Essential Tool for Long Run Survival. *International Journal of Current Research and Academic Review*, 2(3), 34-41.
- APA, 2006. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Obtido de https://dpp.pt/pt/ENDS2015/Documents/ENDS_2015-ParteII_Plano_Implementacao.pdf em 13/02/2019.
- APCER, (2009). Associação Portuguesa de Certificação. Guia Interpretativo NP EN ISO 14001:2004. Obtido de https://www.apcergroup.com/images/site/downloads/Guias/APCER_Guia_ISO_14001:2004_PT.pdf em 19/03/2019.
- Archel, P. & Lizarraga, D. (2001). Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas. *Revista de Contabilidad: Spanish accounting review*, 4(7), 129-154.
- Barata, H. I. C. (2015). Análise da divulgação ambiental em empresas petrolíferas. *Dissertação de mestrado em contabilidade e fiscalidade empresarial*, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Barbieri, J. C. (2017). *Gestão ambiental empresarial*. Editora Saraiva.

Barros, C. L. M. (2011). O relato financeiro das matérias ambientais: o caso do sector metalomecânico e metalurgia de base. *Dissertação de mestrado em contabilidade*, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Baptista, I. C. F. (2013). Contabilidade e gestão ambiental para um desenvolvimento sustentável: um estudo de caso do Grupo Altri. *Dissertação de mestrado*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Bebbington, J., & Thomson, I. (2007). Social and environmental accounting, auditing, and reporting: a potential source of organisational risk governance?. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 25(1), 38-55.

Bhattacharya, C. B., & Sen, S. (2004). Doing better at doing good: When, why, and how consumers respond to corporate social initiatives. *California management review*, 47(1), 9-24.

Born, R. H. (2002). Agenda 21 brasileira: instrumentos e desafios para a sustentabilidade. *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Bowen, H. R., & Johnson, F. E. (1953). *Social responsibility of the businessman*. Harper.

Braga, C., Sampaio, M. S. A., Santos, A., & Silva, P. P. (2011). Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4(2), 230-262.

Brammer, S., & Pavelin, S. (2006). Voluntary environmental disclosures by large UK companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(7-8), 1168-1188.

Branco, M., & Delgado, C. (2011). Research on corporate social responsibility and disclosure in Portugal. *Social Responsibility Journal*, 7(2), 202-217.

Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*, 34(4), 39-48.

Caseirão, M. (2000). *Auditoria Ambiental; Perspetiva Contabilística-Financeira*. Lisboa: Áreas Editora.

Calado, R. S. M. (2011). A contabilidade ambiental no sector financeiro: a CGD e o programa caixa carbono zero. *Projeto de mestrado em contabilidade*, Instituto Universitário de Lisboa. Obtido em <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/4102> a 24/02/2019.

Chan, E. S., & Wong, S. C. (2006). Motivations for ISO 14001 in the hotel industry. *Tourism Management*, 27(3), 481-492.

Clarke, J., & Gibson-Sweet, M. (1999). The use of corporate social disclosures in the management of reputation and legitimacy: a cross sectoral analysis of UK Top 100 Companies. *Business Ethics: A European Review*, 8(1), 5-13.

Comissão de Normalização Contabilística. (2002). Directriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais. Obtido de http://www.apotec.pt/fotos/editor2/DC_n_29.pdf em 28/01/2019.

CE (2001). Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Obtido de http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf em 26/01/2019.

CE (2016). Next steps for a sustainable European future, Strasbourg: European Commission. Obtido de https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/communication-next-steps-sustainable-europe-20161122_en.pdf em 30/01/2019.

Council, A. C. G. (2007). Corporate governance principles and recommendations. Obtido de http://www.blackrockmining.com.au/wpcontent/uploads/ASX_Corp_Governance_Principles_Recommendations_2nd_Edition.pdf a 24/02/2019.

Davis, K. (1973). The case for and against business assumption of social responsibilities. *Academy of Management journal*, 16(2), 312-322.

De Villiers, C., & Staden, C. J. (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, organizations and society*, 31(8), 763-781.

Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311.

Deegan, C. (2017). Twenty five years of social and environmental accounting research within Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 65-87.

Deegan, C., & Gordon, B. (1996). A study of the environmental disclosure practices of Australian corporations. *Accounting and business research*, 26(3), 187-199.

Deegan, C., Rankin, M., & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 312-343.

- Deegan, C., & Blomquist, C. (2006). Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. *Accounting, Organizations and Society*, 31(4-5), 343-372.
- Dias, A. (2010). Responsabilidade Social Corporativa-Teorias Predominantes na investigação em contabilidade. *XIV Encuentro AECA*, 23-24. Coimbra.
- Eberhardt-Toth, E. (2017). Who should be on a board corporate social responsibility committee?. *Journal of Cleaner Production*, 140, 1926-1935.
- Eisenberg, T., Sundgren, S., & Wells, M. T. (1998). Larger board size and decreasing firm value in small firms. *Journal of financial economics*, 48(1), 35-54.
- Elshabasy, Y. N. (2018). The impact of corporate characteristics on environmental information disclosure: an empirical study on the listed firms in Egypt. *Journal of Business and Retail Management Research*, 12(2).
- Eugénio, T. (2004). *Contabilidade e gestão ambiental*. Lisboa: Áreas Editora.
- Eugénio, T., & Gomes, S. (2013). Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade: Um desafio para os Revisores Oficiais de Contas. *Revisores e Auditores*, 37-44.
- Ferreira, C. (2000). *Da Contabilidade e do Meio Ambiente*. Vislis Editores.
- Franco, Hilário. *Contabilidade geral*. São Paulo: Atlas.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman.
- Freitas, P. F. G. D. (2016). Global reporting initiative: princípios base e funcionamento: referencial de sustentabilidade GRI. *Dissertação de mestrado em engenharia e gestão industrial*, Escola Superior Estudos Industriais e Gestão.
- Garg, L. (2010). Assurance on Sustainability Reporting, The Institute of Chartered Accountants of India. Obtido de http://icai.org/post.html?post_id=2929 em 30/04/2019.
- Garoui, N., Chakroun, R., & Ezzeddine, B. M. (2017). Mapping environmental pollution disclosures in Tunisia. *Environmental Economics*, 8(2), 67.
- Gauthier, C. (2005). Measuring corporate social and environmental performance: the extended life-cycle assessment. *Journal of business ethics*, 59(1-2), 199-206.
- GRI (2007). G3: Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, Versión 3. Obtido de http://www.ipai.pt/fotos/gca/g3_pobr_rg_final_with_cover_1271097860.pdf em 24/03/2019.

GRI (2012). Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada. Series de aprendizagem da GRI. Obtido de <https://docplayer.com.br/767501-Relatorios-de-sustentabilidade-da-gri.html> em 24/03/2019.

GRI (2015). G4 - Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão. Obtido de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368600/mod_resource/content/1/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf em 26/03/2019.

Gomes, D. R. L. (2010). Contabilidade Ambiental- Aplicação dos princípios normativos e uma obra do Grupo Soares da Costa, SGPS, SA. *Dissertação de mestrado em engenharia do ambiente*, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Hamid, F. Z. A. (2004). Corporate social disclosure by banks and finance companies: Malaysian evidence. *Corporate Ownership and Control*, 1(4), 118-130.

Hogner, R. H. (1982). Corporate social reporting: eight decades of development at US Steel. *Research in corporate performance and policy*, 4(1), 243-250.

Huang, C. L., & Kung, F. H. (2010). Drivers of environmental disclosure and stakeholder expectation: Evidence from Taiwan. *Journal of Business Ethics*, 96(3), 435-451.

Juhmani, O. (2014). Determinants of corporate social and environmental disclosure on websites: The case of Bahrain. *Universal Journal of Accounting and Finance*, 2(4), 77-87.

Kathy Rao, K., Tilt, C. A., & Lester, L. H. (2012). Corporate governance and environmental reporting: an Australian study. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 12(2), 143-163.

Kohler, M. C. M. (2003). Agenda 21 local: desafios da sua implementação, experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis. *Dissertação de mestrado*, Universidade de São Paulo.

KPMG (2006). Estudo da KPMG sobre a publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal, KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Portugal. Obtido de <https://pt.scribd.com/document/215555776/Relatorios-Sustentabilidade-Portugal-KPMG-2006> em 02/03/2019.

KPMG. (2013). Diretrizes G4 da GRI: Quais os seus efeitos nos relatórios corporativos de sustentabilidade?. Obtido de https://www.academia.edu/7274550/Diretrizes_G4_da_GRI em 02/03/2019.

Lemos, C. (2007). *Contabilidade e responsabilidade social*. Revista TOC, 93, 36-39.

- Leotti, V. B., Coster, R., & Riboldi, J. (2012). Normalidade de variáveis: métodos de verificação e comparação de alguns testes não-paramétricos por simulação. *Revista HCPA. Porto Alegre*, 32 (2), 227-234.
- Liao, L., Luo, L., & Tang, Q. (2015). Gender diversity, board independence, environmental committee and greenhouse gas disclosure. *The British Accounting Review*, 47(4), 409-424.
- Liu, X., & Anbumozhi, V. (2009). Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 593-600.
- Maroco, J.; *Análise Estatística* (2003). *Com utilização do SPSS*. Edições Sílabo.
- Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2014). O relato ambiental nas empresas portuguesas cotadas de 2005 a 2010. *XVI Encuentro de Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA)*. Leiria.
- Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2018). A decade of environmental accounting reporting: What we know?. *Journal of cleaner production*, 198, 1198-1209.
- Michelon, G., & Parbonetti, A. (2012). The effect of corporate governance on sustainability disclosure. *Journal of Management & Governance*, 16(3), 477-509.
- Mitchell, C. G., & Hill, T. (2009). Corporate social and environmental reporting and the impact of internal environmental policy in South Africa. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16(1), 48-60.
- Monteiro, S. M., & Guzmán, B. (2010). The influence of the Portuguese environmental accounting standard on the environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal: A first view (2002-2004). *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 21(4), 414-435.
- Monteiro, S.M., & Guzmán, B. (2011). Factores determinantes del grado de información medioambiental divulgada en las grandes empresas que operan en Portugal: un análisis univariante. *Revista Base (Administração e Contabilidade)*, 8(1), 3-19.
- Monteiro, T. (2013). Planeamento de um sistema de gestão ambiental segundo a norma ISO: I40011: 2004. Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Mousa, G., & Hassan, N. T. (2015). Legitimacy theory and environmental practices: Short notes. *International Journal of Business and Statistical Analysis*, 2(1), 42-53.

NCRF 26 – Matérias Ambientais (2015). Obtido de http://www.cnc.minfinancas.pt/pdf/SNC/2016/Aviso_8256_2015_29Jul_NCRF_RG.pdf em 21/01/2019.

Nejati, M., Shafaei, A., Salamzadeh, Y., & Daraei, M. (2011). Corporate social responsibility and universities: A study of top 10 world universities' websites. *African Journal of Business Management*, 5(2), 440-447.

Nelson, M., Banks, W., & Fisher, J. (2003). Improved accountability disclosures by Canadian universities. *Canadian Accounting Perspectives*, 2(1), 77-107.

Neto, R. J., & Pereira, C. A. (2018). Relação entre o nível de relatórios de sustentabilidade de empresas pertencentes ao índice IBrX50 baseadas na metodologia GRI e o nível de Governança Corporativa. *RAGC*, 6(24), 79-94.

Norma ISO 14001 (2004). Obtido de <http://www.oet.pt/downloads/legislacao/NP%20EN%20ISO%2014001%202004.pdf> em 03/04/2019.

Ofoegbu, G. N., Odoemelam, N., & Okafor, R. G. (2018). Corporate board characteristics and environmental disclosure quantity: Evidence from South Africa (integrated reporting) and Nigeria (traditional reporting). *Cogent Business & Management*, 5(1), 1-27.

Oliveira, O. J. D., & Pinheiro, C. R. M. S. (2010). Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. *Gestão & Produção*, 51-61.

Omer, M. E., & Andrew, C. W. (2014). The impact of corporate characteristics and corporate governance on corporate social and environmental disclosure: A literature review. *International Journal of Business and Management*, 9(9), 1-15.

ONU, 1992. Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas.

ONU, 2002. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo: Organização das Nações Unidas.

ONU, 2015. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, New York: Organização das Nações Unidas.

Paiva, Paulo Roberto (2003). *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Atlas.

Pinto, A. (2005). *Sistemas de Gestão Ambiental*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pires, Â. S. (2014). A evolução da prática de divulgação da informação ambiental. *Dissertação de Mestrado*, Instituto Politécnico da Guarda.

Portaria 220/2015 de 24 de julho. Diário da República n.º 143/2015 – I Série. Ministério das Finanças. Lisboa.

Prasad, M., Mishra, T., & Kalro, A. D. (2017). Environmental disclosure by Indian companies: an empirical study. *Environment, development and sustainability*, 19(5), 1999-2022.

Raupp, E. H. (2002). Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. *Revista de Contabilidade Conselho Regional de São Paulo*, 20, 46-60.

Ribeiro, V. P., & Guzman, C. (2010). Determinants of environmental accounting practices in local entities: evidence from Portugal. *Social responsibility journal*, 6(3), 404-419.

Saremi, H., & Nezhad, B. M. (2014). Role of environmental accounting in enterprises. *Ecology Environment and Conservation*, 20(3), 1257-1268.

Schaltegger, S., & Burritt, R., (2000). *Contemporary environmental accounting: issues concepts and practice*. Sheffield, UK: Greenleaf Publishing Limited.

Shwairef, A., Amran, A., Iranmanesh, M., & Ahmad, N. H. (2019). The mediating effect of strategic posture on corporate governance and environmental reporting. *Review of Managerial Science* (1), 1-30.

Sirkis, A. (1999). *Ecologia urbana e poder local*. Fundação Movimento Ondazul.

Stamm, K. R., Clark, F., & Eblacas, P. R. (2000). Mass communication and public understanding of environmental problems: the case of global warming. *Public understanding of science*, 9(3), 219-238.

Sumiani, Y., Haslinda, Y., & Lehman, G. (2007). Environmental reporting in a developing country: a case study on status and implementation in Malaysia. *Journal of cleaner production*, 15(10), 895-901.

Tanc, A., & Gokoglan, K. (2015). The impact of environmental accounting on strategic management accounting: A research on manufacturing companies. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 5(2), 566-573.

Ullmann, A. A. (1985). Data in search of a theory: A critical examination of the relationships among social performance, social disclosure, and economic performance of US firms. *Academy of management review*, 10(3), 540-557.

WCED (1987). World commission on environment and development. *Our common future*, 17, 1-91.

Zhang, J., Guo, H. T., Li, B., & Wang, W. (2008). The Influence of Financial Factors on Environmental Information Disclosure in China Chemical Industry.

Zeng, S. X., Tam, C. M., Tam, V. W., & Deng, Z. M. (2005). Towards implementation of ISO 14001 environmental management systems in selected industries in China. *Journal of Cleaner Production*, 13(7), 645-656.